

## PREÂMBULO

### ÂMAGOS DA CORRUPÇÃO - A TRISTE REALIDADE DE NOSSO PAÍS

A corrupção está, infelizmente – em considerável parte – no cerne do indivíduo, da sociedade. O tirar proveito próprio, o “ser esperto”, o “levar vantagem” à custa da miséria alheia e da contumaz pobreza do País. Um quisto endêmico, incurável, uma dolorosa catarse colonial. Segundo o antropólogo Guilherme Howes, as pessoas agem no contexto e na percepção de que as “coisas” (do latim res, república) são pertencentes a um todo abstrato, ou seja, público, portanto, passíveis de toda sorte de predação. Chegamos, afirma o conhecido cientista social, a uma situação qualitativa de desregramentos, em que a corrupção hoje é feita às claras, normatizada e institucionalizada – não mais no discurso, a nível camuflado, mas abertamente. Todo o tecido estatal acha-se carcomido, eis a dramática realidade.

Vejamos um exemplo: O Dep. Waldyr Soares (PSL) da atual base governista, declarou em entrevista ao site The Intercept, que cada deputado que votou no Dep. Arthur Lira – eleito para a presidência da Câmara Federal – recebeu R\$ 10 milhões de reais do orçamento secreto. E que mais alguns milhões foram acordados para votações de outras matérias do governo, em um esquema de “compra de votos” intitulado “Bolsolão”, nos moldes de outros praticados em administrações anteriores, a exemplo do “Petrolão”, “Mensalão” etc. Em suma, o aparelhamento ideológico do Estado, de acordo com o filósofo Louis Althusser.

Lamentavelmente, a corrupção – dentro de nosso modelo de “democracia” de uma minoria – é norma natural e padronizada de organização social, não sendo motivo de indignação popular, embora “o discurso anticorrupção seja historicamente uma pauta política constante”, ou seja, meramente eleitoreiro, diz o prof. Howes. Seja qualquer o matiz ou a matriz ideológica – esquerda, direita, centrão – o discurso moralista anticorrupção de seus membros é, via de regra, cínico, midiático e com interesses escusos, apenas para se galgar o poder e refastelar-se nele. Quem não se lembra (pessoas mais idosas) do “varre, varre vassourinha” protagonizado por Jânio Quadros na campanha presidencial de 1960? Do “caçador de marajás” (Collor de Mello) em 1990? Das várias campanhas publicitárias dos governos esquerdistas (Lula/Dilma) como “Sem medo de ser feliz”? Do “Brasil um país de todos”? Do atual presidente com sua falaciosa campanha amparada no “combate à corrupção” e pretendo apoio à Operação Lava-Jato, aliás por ele desativada com apoio de setores impatriotas do Congresso e do Judiciário, sob o argumento de que “acabei com a Lava-jato porque não tem corrupção no meu governo” (declaração do Pres. Bolsonaro em 07-10-2020) ou seja no sentido de que a corrupção é sempre com o adversário ... (Fonte: <https://noticias-uol-com.br/colunas.entendendo.bolsonaro>, acesso em 22-11-2021).

O Regime militar exorbitou, por sua vez, em campanhas agressivas, ufanistas, como “Ninguém segura esse País”, “Eu te amo, meu Brasil”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”. E agora o slogan “Pátria amada, Brasil”. Engodos a serviço das elites pretensiosamente patrióticas, que mantêm nosso País no atraso e no subdesenvolvimento. São slogans com mera discursividade, ambivalência, prepotência quando não o ódio à democracia, no dizer do emérito pensador Jacques Rancini.

Somente interesses os mais escusos, os mais rasteiros, o povo tratado a migalhas, conquanto os poderosos encham as burras....

### "Memórias de um crime"

Em 1873, um fazendeiro foi atacado enquanto dormia. O assassinato, a foiçadas e facadas, deixou marcas literais na família - além da perda de um patriarca, ficou na parede o sinal do primeiro golpe na vítima. A história é contada até hoje em Ritópolis (antiga Santa Rita do Rio Abaixo). Protagonizada por um senhor e pelo menos dois de seus escravos, a narrativa é preenchida por perguntas intrigantes em torno do crime: vingança? Crueldade? Por que a esposa do homem morto foi poupada? Carlota, uma famosa escrava fugitiva e recentemente capturada, estava envolvida no ataque? A mestre em História Social, Elizabeth Santos, fala sobre o assunto.

Pág. 4

### Tiradentes

Joaquim José da Silva Xavier, o mineiro, mártir pela liberdade, personagem histórico reverenciado e celebrado em 21 de abril. Em artigo desta edição, a biografia do inconfidente é revisitada. “Honra-nos, extasia-nos compartilhar paragens, caminhos percorridos onde, há mais de dois séculos, aflorou intrépida e visionária a semente libertária”.

Pág. 11

### O diagrama de Stonehenge

“Timothy Darvill, professor de arqueologia da Universidade de Bournemouth, na Inglaterra, propôs uma solução para o diagrama presente no calendário solar do santuário de Stonehenge, no condado de Wiltshire, próximo a Londres. O estudo foi publicado no periódico científico Antiquity. Em um artigo de 17 páginas, o pesquisador explica como as pedras que compõem o monumento eram utilizadas para marcar a passagem do tempo e especula o motivo para elas terem sido dispostas daquela forma”.



Pág. 19

### "Fala com Sabedoria, ensina com Amor"

A tradicional Campanha da Fraternidade propôs, para 2022, esse lema - e trouxe à tona reflexões sobre uma (cada vez mais) desafiante Missão Educacional. “O não investimento adequado em educação é falha a ser corrigida e um desafio para as instituições cooperativas, seus dirigentes e associados”.

Pág. 20

# ADIVINHAS

- 1- O que é, o que é? Uma minhoca com sono?
- 2- O que acabou no ano de 2022?
- 3- O que você pode segurar com sua mão esquerda, mas jamais com direita?
- 4- O que é, o que é? Na cidade é uma profissão, na estrada é um perigo e na mata é um inseto?

Resposta: 1- Uma dorminhoca. 2- O ano de 2021. 3- O seu cotovelo direito. 4- O barbeiro

## Provérbios e Adágios

- Quem a boa árvore se acolhe, boa sombra colhe.
- Não ter eira nem beira, nem ramo de figueira (não ter posses ou bens)
- Não há boiada sem boi corneta (nada é perfeito)
- Quem tem mazela, tudo dá nela. (um mal nunca vem sozinho).

### Para refletir

- O belo é o último véu antes do horror (Lacan)
- A palavra é meu domínio sobre o mundo (Clarice Lispector)
- O amor não se mede pela liberdade de se expor nas praças e bares, em empecilhos, mas se ama também de outra forma incerta e este é o mistério: limitado, o amor, às vezes, se limita; proibido é que o amor se liberta (Afonso Romano de Sant'Anna)
- O espírito do amor é insondável, também é invasão, revelação, visita. Ele age sem forma, assim como a verdade. (Lao Tse)

## EXPEDIENTE

### QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Colaboração: Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Davy Antonio Silva Reis

Revisão: Fábio Antonio Caputo e Sandra Regina Almeida Caputo

Jornalista Responsável: Marcus Santiago – MTB 19.262/MG

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

### COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO  
APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Tel.: (32) 3376-1286

## AO PÉ DA FOGUEIRA

### O SANFONEIRO TIAGUINHO

Um dos primeiros – entre muitos – são-tiaguenses a migrar para São Paulo (Capital), em inícios/meados do século XX, atraído pela “cidade que não para” e “terra da garoa” como eram os dísticos da época, o sr. Tiago Patrocínio dos Santos, vulgo “Tiaguinho”, ali trabalhou por décadas na construção civil. Desde criança na pequenina e pobre São Tiago, sempre gostara de música, em especial sanfona, aqui adquirindo os primeiros rudimentos, musicais e instrumentais, hábito que levava para São Paulo, não tendo, porém, condições de adquirir o acordeom. Em uma das várias obras em que atuou – um portentoso prédio comercial, com inúmeras galerias e andares – já em estado estrutural avançado, eis que, certa feita, o proprietário em visita ao local, acabou por se perder dentre tantos labirintos. Percebendo o imbróglgio, grita por ajuda. Tiaguinho, que se achava próximo, veio em socorro do empresário, e inteirando-se da razão do patético pedido, sugeriu-lhe simploriamente:

- Quando o senhor voltar aqui, para se precaver, traga um carretel ou rolo com linha, prendendo a ponta na entrada do prédio, desenrolando o fio à medida que o senhor adentrar esse mausoléu. Dessa forma, o senhor não se perderá mais ...

Riu-se à larga o empresário ante a burlasca sugestão do operário.

Construção que levaria três anos para ser concluída, período em que Tiaguinho ganhara as graças do patrão, recebendo muitos proventos e benefícios extras por parte da empresa. Com saude dos parentes e amigos deixados na terra natal, planeja retornar a São Tiago, no período de férias, para revê-los.

Bolsos recheados, poderia, enfim, realizar o grande sonho de sua vida. Desloca-se até a Rua Teodoro Sampaio, à “rua dos músicos e dos instrumentos”, adquirindo uma Hohner de 120 baixos, a coqueluxe da época, trazendo o valioso instrumento na bagagem rumo à terra natal, a quem desejava muito homenagear. Chegando à entrada da cidade, desceu do veículo, retirando a sanfona do estojo, passou a tocar extasiadamente, descendo a praça de São Sebastião (ou da Caixa D’água, como também era conhecida e que hoje não mais existe), dali a antiga Rua Dom Viçoso, chegando ao centro do arraial, deixando moradores boquiabertos, maravilhados. Janelas se abriram, populares às pencas a acompanhá-lo. O alvoroço chegou aos ouvidos de Pe. José Duque que, saindo à porta de sua residência, se incorporou à população embevecida. Após ouvir Tiaguinho tocar as mais belas peças do cancionero nacional, em plena praça, fossem clássicas ou sertanejas, Pe. José, perplexo, pergunta:

- Tiaguinho, onde você aprendeu a tocar tão lindas melodias?

- Isso eu já sei de há muito tempo, Pe. José. E desde menino sonhador por essas nossas ruas. Só me faltava uma sanfona como essa ...



### NOTA

Sanfona (chamada de acordeon no interior paulista e de gaita no sul do Brasil) é um dos mais importantes e populares instrumentos musicais em nosso País. Um destaque na música popular, instrumental brasileira e presença marcante em bailes, forrós, folias de reis etc. Popularizada por Luiz Gonzaga, o denominado “Rei do Baião”. Segundo historiadores, os primeiros protótipos da sanfona, o tchneng, apareceram na China há cerca de 2.500 anos a.C. Levada à Europa e aí aprimorada, por Cyrills Demian (182); patenteada em 06-05-1829 pelo inglês Charles Wheatstone industrializada, em larga escala, a partir de 1763, na Itália pelos irmãos Soprani (Paolo, Settimio e Pascoale). A fábrica fundada por Mathias Hohner (1857) na Alemanha tornar-se-ia famosa, produzindo instrumentos da mais alta qualidade, em especial harpas, acordeons, guitarras (final do século XX).

A sanfona foi trazida para o Brasil por imigrantes italianos por volta de 1836 e ainda por imigrantes alemães (1845) estabelecidos no sul do Brasil e daí levada para o Nordeste por soldados daquela região que lutaram na Guerra do Paraguai (1865-1870).

Somente no Brasil tivemos mais de 70 fábricas. Principais marcas ou modelos de sanfonas no passado: Vales, Mondiale, E-Soprani, Crucianelli, Bell, Giuletti, Veronese, Pignini, Universal, Minuano, Hohner, Tupy, Cadenza, Hering, Scandalli, Todeschini, Castle, Settimio, Cantino, etc. Modelos mais antigos (inícios/meados do século passado) são hoje raridades e valiosíssimos no mercado de instrumentos musicais e/ou de colecionadores, custando altas somas. Há, algum tempo, uma Todeschini, ano 1935, fora ofertada no mercado de raridades por R\$ 75.000,00... Uma Settimio Soprano Scandalli era oferecida por R\$ 55.000,00. Até mesmo uma sanfona Lettice produzida pela fábrica Veneziano, em Campina Grande (PB), a única no Nordeste do País, pode custar mais de R\$ 20.000,00, conforme reportagem do programa “Globo Repórter” no ano de 2015 ...

Sanfoneiros famosos: Robertinho do Acordeom, Mário Zan, Raimundo Carlotto (CE), Arlindo Bétio, Sivuca, Renato Borgetti, Oswaldinho, Voninho, Luiz Gonzaga, Dominginhos ...

Realização:

Apoio:



## SÃO-TIAGUENSES NOTÁVEIS



# FRANCISCO ROMUALDO

Francisco Romualdo, conhecido também pelo apelido “Chicão” era casado com D. Floripes Amélia da Silva, com a qual teve seis filhos. Morava na última casa, à esquerda, na Rua Wanderlei Lara, onde criou todos os seus filhos, num ambiente muito simples, com muita dificuldade, carregando água, lenhas, etc.

Chicão era um homem diferente de grande estatura, pés enormes, muita força, tudo isso o diferenciava dos demais. Talvez o mais alto de São Tiago. Sempre trabalhou na prefeitura, onde prestava diferentes trabalhos ao município.

Segundo Juca do José Silva, eram contemporâneos na prefeitura e exerciam um trabalho muito importante para o município nas décadas de 30/40. Nesta época não existia CEMIG em São Tiago, então a luz vinha da “Usina” e era interligada com o motor de puxar água. Chicão era o encarregado de ligar a luz às 18 horas e desligar às 22 horas. Assim na casa da usina virava a chave para puxar água a fim de abastecer a localidade durante parte da noite. O trabalho de ambos era sincronizado, um despedia do outro e não podia atrasar nem um minutinho. Lá na usina, ele notava que Juca desligou a luz por causa da força d’água. A água vinha para a “sonda” perto do Preste da “bomba” do Cerrado para depois encher a caixa onde hoje é a o escritório da COPASA atrás da Igreja São Sebastião para ser distribuída nas casas e nas torneirinhas de rua, tudo muito regrado para não faltar.

Francisco passava as noites acordado, de plantão, longe de casa, longe da cidade. Era exímio funcionário, nunca faltou ao trabalho e fazia todo o percurso a pé. Destacou sua força e doação, saía de São Tiago para Bom Sucesso, carregando um baú de couro cheio de correspondências nas costas, sem animal, gastando dois dias, um para ir e outro para voltar, isto nos dias que seu colega de trabalho José Gabriel de Sousa o rendia no ofício da usina. Fez este trabalho por muito tempo, sem reclamações.

Era apaixonado pelo time do Cruzeiro de São Tiago, sendo o goleiro oficial deste. Ajudou muito com seu trabalho de força na construção do estádio: cavando, acertando o terreno, retirando terra em sacos, plantando bambus etc.

Com grande disposição e força para o trabalho, sua sensibi-



lidade, seu sentimento, seu modo de olhar para o outro não foi afetado, junto a outros colegas nasceu o desejo de se criar um time mirim, com crianças bem pequenas no Cruzeiro. Criaram o time, este esteve em atividade bastante tempo. Tinham uniformes, faziam treinos periódicos, participavam de jogos, competições e tudo mais. Sr. Francisco via a necessidade das crianças praticar um esporte e não ficar pelas ruas. Com suas ideias, seu comprometimento, seu trabalho, muito ajudou a cidade, aos são-tiaguenses e ao futebol. Quando passava em nossa rua, nós crianças da época ficávamos admirando seu tamanho. Parecia mesmo membro de uma família de gigantes.

Todo nosso reconhecimento a esse cidadão Sr. Francisco, “Chicão” e ao Sr. João Pinto que sugeriu esta matéria. Agradecimentos ao Sr. Juca Silva, 83 anos, pelo excelente trabalho prestado junto a ele e pelas informações aqui narradas e também a Sra. Marta Avelino (83 anos) que conviveu muito com a família, conhecedora do “Sr. Chicão” de perto.

Quando faleceu, deixou seis filhos: Lázaro Rodrigues (Lazico da Prefeitura), Francisco Borges (Lulu), Sílvia Maria de Fátima, Maria da Conceição Aparecida, Juvernisa Maria das Dores (Uva), Conceição Amélia (Crioula). Valeu Seu Francisco. Valeu seu Chicão... “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena” (Fernando Pessoa)

**Maria Elena Caputo Castro**  
Professora/Psicóloga

### AVISO DA HUMANIDADE

31- O goleiro mais esperto é...  
Aquele que come frango

32- Vendemos galinha caipira...  
Mas só o galo que canta.

33- Entrada Franca...  
Só na cidade do Estado de São Paulo.

34- Revelações... de amor!  
Te coloquei um par de chifres

35- Vendemos artigos para criança.  
E para Anão também.

36- Vou sempre devagar.  
Tartaruga, Bicho Preguiça e Roda Dura.

37- O Prefeito está viajando...  
Voltará somente dia 1º de janeiro de 2000 e ...

38- Sorria que você está sendo filmado...  
Coitado do Banguela!

39- Por favor, faça silêncio...  
Se você não for mudo (a)

40- É proibido entrada de pessoas estranhas...  
Fantasmas e mascarados(as)

**Autor: Tiago do Rosário Mendes Santiago**  
Tiago do Béco

# MEMÓRIAS DE UM CRIME: Escravidão, violência e resistência em Santa Rita do Rio Abaixo

Elizabeth Marcia dos Santos  
Mestre em História Social  
E-mail: bethsantos1998@yahoo.com.br

A história que aqui descreveremos faz parte de um passado relativamente distante, 1873, mas ainda permanece viva no presente. Foi a partir da entrevista concedida pelo Senhor Antonio Ribeiro Jackson, que tomamos conhecimento do crime impetrado por três escravos contra seu senhor. Com base nas informações fornecidas durante a entrevista pudemos localizar o processo crime e assim contar esta história.

Sr. Jackson é um descendente da família dos Ribeiro da Silva, família diretamente afetada pelo crime. É sobrinho neto de Thereza, que era esposa de Romualdo, o senhor assassinado. Foram as reminiscências pessoais do entrevistado, ouvidas de seus antepassados, que permitiram a construção deste artigo. Foram as informações e detalhes precisos que ele nos forneceu que nos levou a localizar o processo que aqui abordamos.

Sr. Jackson não presenciou o crime, mas o “viveu por tabela”, viveu nas narrativas ouvidas, viveu na casa onde morara o assassinado, comeu na mesa onde ele comia. O assassinato de seu tio não chocara apenas os moradores das proximidades, produzira lembranças tão fortes nos familiares, que o narrador as conserva até hoje em sua mente e nos transmite em sua fala. E quando fala, passado e presente às vezes se confundem e a história ganha vida. Portanto este artigo é sobre criminalidade escrava, mas é também sobre memória. Memória viva e que está em permanente evolução, aberta a dialética do lembrar e do esquecer, conectada com o presente<sup>2</sup>.

Para além de demonstrar um viés da resistência escrava, segundo Hebe Mattos, uma resistência previsível e neste caso, manifestada nos atos de insubordinação como as fugas que os escravos tentaram, e no ato extremo do assassinato de seu senhor<sup>3</sup>, propomos refletir o quanto o uso da história oral tem a contribuir para a construção e reconstrução de nossa história. A escrita deste artigo é antes de tudo o reconhecimento da importância do senhor Antonio Ribeiro Jackson na reconstrução e análise deste processo, além de ser uma parte da devolutiva que ele merece pela entrevista e conversas concedidas.

## GENEALOGIA DE ANTONIO RIBEIRO JACKSON

Retroagindo no tempo, o casal Antonio Ribeiro da Silva e Antonia Maria de Almeida vieram para o Brasil em 1730 e estabeleceram-se na Comarca do Rio das Mortes, na região de Santa Rita do Rio Abaixo e tiveram doze filhos, oito homens e quatro mulheres, dentre eles o alferes Luiz Ribeiro da Silva, batizado em 1752 no arraial de São Gonçalo do Brumado, vindo a falecer em 1817, em sua Fazenda do Mato Dentro, com aproximadamente 60 anos de idade<sup>4</sup>. O Alferes Luiz Ribeiro da Silva casou-se com Maria Joaquina de Góes e Lara, tiveram 3 filhos, dentre eles, o guarda Mor Antonio Ribeiro da Silva que figurava entre os 10 maiores fazendeiros da região do Rio das

Mortes no séc. XIX<sup>5</sup>.

Conforme Senhor Jackson, “o Guarda Mor Antonio Ribeiro da Silva era neto de português. O avô dele veio de Portugal e tomou a região de Santa Rita do Rio Abaixo<sup>6</sup>.” A cidade que hoje é chamada de Ritópolis era no passado conhecida como Paragem do Rio Abaixo primeiramente, depois como Santa Rita do Rio Abaixo. Foram nas terras de Santa Rita do Rio Abaixo que se construiu a fazenda do Mato Dentro<sup>7</sup>, uma das propriedades da família Ribeiro da Silva. Nas palavras de Sr. Jackson,

Então ele<sup>8</sup> marcou e construiu a fazenda do Mato Dentro para o filho... a célebre fazenda do Mato Dentro que está lá até hoje conservada, Coirmã da fazenda São Miguel. Fica a três quilômetros uma da outra. E aí começa a brotar a família Ribeiro. Antonio Ribeiro da Silva, pai de Francisco Ribeiro da Silva. Francisco Ribeiro da Silva, pai de Tomás Ribeiro da Silva. Tomás Ribeiro da Silva, pai de Carlos Silva. Carlos Silva, meu pai. Carlos Silva é meu pai!!!<sup>9</sup>.

Sobre o Guarda-Mor Antonio Ribeiro sabemos que herdou a fazenda do Mato Dentro, terras provavelmente regularizadas e confirmadas através de requerimentos de sesmaria. Um despacho do Governador Luis Antonio Furtado de Mendonça datado de 02/10/1793 acata pedido de concessão de terras na vila de Santa Rita em nome de Luiz Ribeiro da Silva e Barnabé Ribeiro da Silva<sup>10</sup>. Do avô, herdaria, não só o nome, mas a vitalidade e o desassombro nos negócios. Formou fortuna e se tornou um grande proprietário de terras na região, possuía ainda na época de seu inventário 49 escravos e estava entre os 10 maiores fazendeiros da região segundo as dimensões territoriais de suas fazendas<sup>11</sup>. Uma lenda, nas palavras do senhor Jackson que assim o descreve,

Ele era um homem geniosíssimo, o guarda mor tinha uma força incrível. Ele lutava com os bois crioulos que ele criava. Tinha tanta força que torcia o chifre do boi que saía com as duas cascas do chifre nas mãos. Ele era temível, tinha muitos escravos, um movimento muito grande. Era esse português besta mesmo que achava que escravo não sentia dor, escravo era um objeto sabe? Quando ele tava enraivado e precisava vir no cafezal montava num escravo forte lá e vinha apear aqui. Quase uma légua! Uma vez, os escravos estavam trabalhando, ele estava de braços cruzados olhando. Tinha um escravo que enquanto os outros davam duas viagens de feijão - uma quantidade de feijão que colhia no meio do cafezal- o escravo dava uma. Ele então falou assim:

- Negro olha, olha sua atitude, cuidado! Negro também era muito valente! Ai ele ficou olhando o negro... O negro tá mangando.

- Ô crioulo olha a toada! O escravo não deu muita importância não. Ele andava com réio grande... Ele enrolou e falou, vou te pegar negro. Quando ele falou eu vou te pegar, o negro disparou na frente, ele correu atrás do negro bateu aquela ponta de réio na cabeça do negro, negro caiu desacordado. Ele falou com os outros assim, amarra esse negro. Ai você já

5-GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume:2002.

6- JACKSON, Antonio Ribeiro. *Entrevista concedida a Elizabeth Marcia dos Santos e Saulo Vieira*. Arquivo de vídeo. São Tiago, 20 de maio de 2018.

7-Para informações mais detalhadas sobre a propriedade dos Ribeiro da Silva ver SANTOS, Elizabeth Marcia. *Crimes, resistência e memória da escravidão na Comarca do Rio das Mortes: São Tiago e o silêncio sobre a escravidão (1871-1930)*

8- O Senhor Jackson Ribeiro está a se referir a José Luiz Ribeiro, embora não cite o nome do mesmo na entrevista.

9-JACKSON, Antonio Ribeiro. *Entrevista concedida a Elizabeth Marcia dos Santos e Saulo Vieira*. Arquivo de vídeo. São Tiago, 20 de maio de 2018.

10-Luiz Ribeiro da Silva fizera petição neste sentido, em 1796-APM SG, cx 31, DC 10 projeto compartilhar.

11-GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume:2002, p. 125.

1-POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.

2-NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993,p.9.

3-A este respeito ver: CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.169.

4-RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: Os Ribeiro da Silva, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. 2014, p. 42.

viu, aquele suplício, levava negro para o tronco, batia. Coisas bárbaras<sup>12</sup>!

A história acima reflete o quanto a figura do Guarda Mor Antonio Ribeiro ocupou o imaginário das pessoas, sobretudo de seus familiares. A força desse imaginário provinha, sobretudo, do poderio que este homem certamente possuiu na época em que viveu. Ser proprietário de uma escravaria com 49 escravos como pudemos ver pelo seu inventário, em uma região cujo perfil de posse era em torno de 5 escravos por unidade produtiva<sup>13</sup> tornava-o um homem de prestígio nesta sociedade, além do mais, a extensão de suas terras era grande o suficiente para colocá-lo entre os dez fazendeiros mais ricos da região. Segundo Cassemiro Ribeiro, a fortuna do guarda-mor “equivalaria às fortunas amealhadas por senhores de engenho de médio porte do litoral baiano na classificação de fortunas elaborada por Katia Matoso”<sup>14</sup>.

Sabemos ainda que ele fora casado com Dona Constância Cândida de Jesus<sup>15</sup>, ela nascida por volta de 1788, exposta na casa de Pe. Barnabé Ribeiro da Silva<sup>16</sup>. Barnabé era tio do Guarda Mor, irmão de seu pai, muito provavelmente quem intermediou a união. Do seu casamento com D. Constância nasceram cinco filhos, Antonio Ribeiro da Silva, Ana Cândida de Jesus, Luiz Ribeiro da Silva, Francisco Ribeiro da Silva e Dâmaso Ribeiro da Silva.

Francisco Ribeiro da Silva, natural de Santa Rita do Rio Abaixo, nascido por volta 1823<sup>17</sup>, aos 18-06-1845 se casou com Ana Antonia de Resende. Antonia faleceu aos 03 de novembro de 1904. Francisco então se casou em segundas núpcias com Maria Joaquina da Silva. Ele faleceu em setembro de 1912 em Conceição da Barra, com testamento redigido aos 20-08-1908 em São Tiago, Termo de Bom Sucesso Comarca de Lavras, na casa de José Joaquim Ferreira<sup>18</sup>. Francisco na época do inventário do pai era morador na fazenda do Mato Dentro em uma casa no lugar denominado Retiro, a qual herdaria posteriormente junto a mais dois escravos por nomes João crioulo e Agostinho Africano, animais, açúcar, arroz, feijão, aguardente e algumas ferramentas, além da quantia de \$993, com cujos bens somam a quantia de 4:497\$992 de sua legítima paterna<sup>19</sup>. Francisco Ribeiro da Silva era pai de Thereza Maria de Jesus, casada com Romualdo Gomes de Moraes, o senhor assassinado pelos escravos de sua fazenda a golpes de foice objeto de análise deste artigo, era também pai de Tomás Ribeiro da Silva, que por sua vez era pai de Carlos Silva, e este, pai de Antonio Ribeiro Jackson, nosso entrevistado.

Em relação à história que nos foi contada por Sr. Jackson na entrevista, ele narrou os seguintes fatos:

Era o ano de 1873 e teria sido um dia comum exceto pelo assassinato que ocorrera na fazenda do Retiro. No dia anterior, o senhor Chico de Paulo e da dona Cota se casaram lá na fazenda do Mato Dentro, tio Romualdo e sua família saíram da fazenda do Retiro no arraial de Santa Rita do Rio Abaixo onde viviam e foram participar da cerimônia, aproveitaram o festejo e tudo ia à normalidade até que no outro dia quando voltaram para casa, antes do almoço ainda, tio Romualdo foi morto. Os escravos sabiam do hábito do senhor de dormir de dia, então um escravo e uma escrava combinaram de matá-lo na hora do sono. Ele chegou cansado do festejo e da viagem, comeu alguma coisa e deitou. Os escravos vieram com uma foice, eles erraram a primeira foçada, bateu a foice no canto da mesa. Sua mulher a tia Thereza ficou tão apavorada coitadinha que se trancou no quarto, não presenciou nada, entregou tudo para os assassinos que ainda foram bater na porta do seu quarto. Mas os escravos tiveram

misericórdia dela, não a quiseram matar porque ela era boa, o marido era quem era mau, segundo disseram a ela. Com ela, eles queriam apenas o dinheiro e alguns mantimentos para ajudar na fuga. Foi um dia muito triste para a família, papai contava. Cresci nesta casa, comendo na mesa que era marcada pelo primeiro golpe desfechado em tio Romualdo e que o escravo errara. Mesa de bálamo, enorme, ao redor da qual a família inteira do meu pai fora criada e que existiu até pouco tempo quando a fazenda fora vendida a um estranho. Depois do assassinato, minha tia comunicou à Mato Dentro, comunicou o sogro, o papai, os fazendeiros, todos donos de escravos, puseram todos os escravos para procurarem, porque não tinha nada de polícia não, era escravo procurando escravo fugitivo. Esse era fugitivo que tinha feito um crime. E acharam o escravo já pertinho de São João del-Rei, o tal escravo. Foi a última sentença de força de São João del-Rei, do Morro da Força. Morreram enforcados e quando ia enforcar um escravo por rebeldia, eles levavam aquela quantidade de escravos, os senhores levavam os cativos pra servir de exemplo pra não fazer a mesma coisa. Para terem medo de fazerem aquilo com o senhor que era dono, era como um Deus.

## A HISTÓRIA FILTRADA NO PROCESSO

Em 25 de janeiro de 1873, Carlota estava acorrentada na cozinha da sua senhora Dona Thereza, porque havia sido capturada após uma fuga que empreendera e durara um ano e três meses. A escrava Claudina, que era alugada na casa, estava também na cozinha junto à senhora, bordando as três, conforme era de costume. O Senhor Romualdo estava deitado na sala descansando quando, no final do dia de trabalho, Marcelino José da Conceição, de 16 anos, camarada na fazenda de Romualdo, chega para conversar com o senhor. Seria um dia comum, exceto pelo fato de que os escravos Pedro e Manoel, que tinham chegado da roça e fizeram uma parada na senzala para pegar armas, entrarem no recinto e, com desculpa de tomar a benção ao senhor, o assassinaram com foçadas e facadas.

O crime fora planejado tempos antes em uma das fugas de Manoel, quando esteve na casa do cunhado da vítima o senhor Francisco Ribeiro de Resende. Mas foi três dias antes de executá-lo que os escravos discutiram os detalhes de como matar seu senhor. No dia combinado, uma visita inesperada chega à casa de Romualdo e impede a execução do plano, ficando o mesmo adiado para o dia seguinte. O fatídico 25 de janeiro para Senhor Romualdo.

Carlota é encarregada de dar o sinal no momento oportuno para a execução do plano. Ela então distrai a senhora D. Thereza com o bordado e em seguida bate com uma pedra na roda que fiava. Pedro e Manoel atacam o senhor com a foice e a faca e libertam Carlota, que foge. Dona Thereza se tranca no quarto, os dois escravos vão atrás da senhora em busca de dinheiro, roubam ainda alguns mantimentos e fogem. Para o escravo Manoel seu senhor era um “impostor”.

## UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO

Carlota era uma escrava de 19 ou 20 anos, solteira, nascida na Freguesia do Japão, termo de Oliveira “que tinha o costume de fugir”, conforme depoimento dos escravos Pedro e Manoel. Estava no dia do assassinato acorrentada por causa de sua última fuga que durara um ano e três meses. Era escrava de Romualdo há 2 anos, ou seja, meses após chegar à casa deste senhor a escrava teria fugido. Em seu depoimento, Carlota nos fornece indícios um dos motivos para sua fuga. Ela era filha de Bárbara e Pio, escravos de um tal Francisco Teixeira de Oliveira, informa ser natural do Japão, termo de Oliveira, para onde ia após sua fuga. Difícil não inferir que fora a separação de sua família e dos laços afetivos que deixara para trás que a teria motivado a fugir. Com a extinção do tráfico atlântico, há a intensificação do tráfico inter e intra provincial, sobretudo para o sudeste<sup>20</sup>, separando mais famílias escravas. Quando Carlota é solta da corrente que a prendia como castigo por sua fuga, ela tentava voltar a Oliveira. Sidney Chalhoub, ao tratar sobre a família escrava, diz que “as feridas dos açoites provavelmente cicatrizariam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação,

12 - JACKSON, Antonio Ribeiro. Entrevista concedida a Elizabeth Marcia dos Santos e Saulo Vieira. Arquivo de vídeo. São Tiago, 20 de maio de 2018.

13 - LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista - Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 16.

14 - RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: Os Ribeiro da Silva, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. 2014, p. 147.

15 - IPHAN/SJDR. Testamento de Constancia Cândida de Jesus. Cx 64. Ano 1866

16 - RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: Os Ribeiro da Silva, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. 2014, p. 32.

17 - Na lista nominativa de 1831 ele apareceu constou com 8 anos e no inventário do pai em 1863 com 40 anos, portanto deduzimos o ano de seu nascimento.

18 - IPHAN/SJDR. Inventário de Francisco Ribeiro da Silva, cx 667. Ano 1912.

19 - IPHAN/SJDR. Inventário de Antonio Ribeiro da Silva, cx 244. Ano 1863.

20 - CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 104 e CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 67-69.

eram as chagas eternamente abertas no cativeiro<sup>21</sup>.”

Carlota parece ter sido uma escrava ladina, tinha uma rede de relações para além da fazenda de seu senhor, conquistava a simpatia dos seus pares e demonstrava coragem, porque fugir era empreendimento arriscado em uma sociedade ancorada no direito de propriedade. Além disso, ela ainda contava com a simpatia de sua senhora Dona Thereza Maria, que se empenhou para livrá-la das acusações que Claudina levantou quanto à sua participação no assassinato, demonstrando o quanto a escrava era articulada e conseguia a empatia das pessoas a seu redor. Segundo depoimento de D. Thereza Maria, quando perguntada se Carlota teria influido para que os acusados cometessem o crime, assim afirma o documento:

Respondeu finalmente que a escrava Carlota, que se achava presa a uma corrente fixa na parede na ocasião do assassinato e gritos da vítima, a dita escrava chamou pela testemunha que vinha saindo do quarto, onde guardava uns fiados, a acudir os gritos de seu marido, a escrava presa pedira-lhe também que lhe a acudisse, servindo-se do nome de Nhanhá<sup>22</sup>.

Ela também angariou a simpatia de seus companheiros de cativeiro. Se de fato estavam juntos na empreitada, ela lhes ganhou a confiança para que com ela compartilhassem o plano. Se, no entanto, ela fosse inocente como afirmava, ela tinha conseguido a simpatia de Pedro e Manoel, que a libertaram das correntes para que pudesse novamente fugir. Ela só não caiu nas graças da escrava Claudina que, aliás, era veemente ao afirmar a participação de Carlota no crime, além de fornecer pistas do outro motivo que levava Carlota a ajudar na trama, conforme segue abaixo:

Disse mais que supõe, que Carlota sabia (do trama urdido) pelos escravos Manoel e Pedro, não só pela desconfiança em que ficou quando ouviu (o batido na roda) seu sinal convencionado, como porque quando a mandado de Romualdo punha o tronco ao pé de Carlota, esta dizia que algum dia haviam de arrepender-se daquilo, e que ela havia (ensinar), e tendo ela informante perguntado o que queria dizer aquelas palavras, Carlota só lhe disse “Hão de ver<sup>23</sup>.”

Embora a repressão fosse uma constante no sistema escravista e muitas vezes os senhores recorressem aos castigos para obter rendimento de sua escravaria, para impor limites e, principalmente, como punição por faltas cometidas, quando estes castigos eram severos, eles podiam ocasionar uma revolta interior no escravo que culminava na fuga ou em outros atos de violência praticados contra senhores, seus familiares ou feitores, o que provavelmente aconteceria com os escravos envolvidos no assassinato do Sr. Romualdo.

Diferente de Carlota que se mostrava uma escrava um tanto aventureira e corajosa, Claudina era daquelas que preferia agir cautelosamente. Era paciente, bordava com sua senhora e enquanto trabalhava o bordado tecia os caminhos para conquistar a simpatia da casa onde estava alugada. Era pela palavra que agia, lançando dúvidas, tecendo comentários e testemunhando as faltas de seus iguais. Claudina tinha 30 anos, era solteira e era escrava de José Luís Gomes<sup>24</sup>, mas estava na companhia de seu senhor moço Carlos Gomes de Moraes. No dia do assassinato de Romualdo, estava alugada na casa deste. Em seu depoimento, tentando incriminar Carlota, Claudina deixa escapar o que podia ser o motivo de sua antipatia pela escrava. Segundo ela, Carlota lhe dissera que ela “tinha muita língua e não merecia confiança”<sup>25</sup> uma evidência de que seus iguais (os escravizados da propriedade) desconfiavam dela.

De fato, seus depoimentos são sempre cheios de detalhes e diante de sua excessiva preocupação em mostrar a culpa de Carlota e sua presteza para com a senhora D. Thereza, é possível que Claudina fosse destas escravizadas que tentavam obter algumas vantagens

em seu cativeiro, delatando faltas de seus iguais, por isso não fosse digna da confiança dos mesmos.

Sobre Pedro, sabemos que era natural de Passa Tempo, tinha 19 anos e estava há um ano e meio na fazenda de seu senhor Romualdo. Neste tempo, ele já havia tentado outra fuga, conforme depoimento do Tenente José Maximiano Carneiro, que depôs como testemunha no processo do assassinato de Romualdo. O Tenente informa que tanto Pedro quanto Manoel estiveram fugidos, mas que Pedro voltara apadrinhado por Dâmaso Ribeiro da Silva, que era tio e padrinho de D. Thereza.

Manoel era natural da província da Bahia, tinha 25 anos e informou em seu interrogatório ser escravo de Romualdo há quatro anos e residir na Fazenda do Retiro há um ano e meio. Ele também não se adaptara ao seu novo senhor, queria ser vendido a Francisco Ribeiro Resende, opção esta que, parece, não agradava Romualdo, que preferia vendê-lo a outro. Notemos que nenhum dos três escravos envolvidos neste crime contestam a sua situação de escravos, apenas não reconheciam a autoridade de seu senhor Romualdo sobre eles, talvez por ter outra ideia de cativeiro, talvez porque o senhor não era cumpridor de sua palavra e de acordos estabelecidos com os cativos, já que em momentos distintos do processo percebemos Manoel a acusar o senhor de impostor<sup>26</sup>.

Manoel, de fato, fora o escravo que arquitetara o plano, fora ele quem primeiro atacou o senhor e também ele que desfechou o golpe final. Nenhum dos dois escravos em momento algum, demonstram arrependimento pelo assassinato ou se eximem da culpa, ao contrário, parecem ostentar os detalhes do crime por onde passam, contribuindo para gerar o medo e insegurança em uma população cada vez mais sobressaltada com a rebeldia escrava<sup>27</sup>. Era a marca da rebeldia, um grande feito que, simbolicamente, representava o escravo vencendo a dominação de um mau senhor e estabelecendo os limites para esta dominação.

Outro escravo que estava na casa e prestou depoimento foi Virgínio, de 10 anos de idade, também um escravo de José Luís Gomes. Muito embora não tenhamos encontrado inventário ou testamento de José Luís para verificarmos seu real parentesco com Romualdo, sabemos que ele foi nomeado como tutor dos filhos de Romualdo pelo inventário do mesmo. Além disso, pela semelhança dos nomes, José Luís Gomes deve ser pai de Romualdo, já que no depoimento de Claudina ela afirmava que estava na companhia do senhor moço Carlos Gomes de Moraes, que neste caso seria um irmão de Romualdo.

Virgínio, crioulo de 10 anos de idade, não sabemos se estava alugado ou era apenas emprestado na casa de Romualdo, supõe-se que estivesse lá ajudando a cuidar dos três filhos do casal já que “estava a embalar uma criança no quarto na hora do crime”. Alugar um cativo foi uma prática comum no século XIX<sup>28</sup>. Em algumas regiões, existiram casas comerciais que se ocuparam em intermediar o aluguel de escravos, tão comum como a prática de anunciar em jornais a oferta de escravos de aluguel por senhores. Trabalhamos com a hipótese de que Virgínio estivesse emprestado pelo pai de Romualdo, talvez como um adiantamento de sua herança, já que Claudina estava na companhia de seu irmão Carlos Gomes e era também propriedade do pai.

Romualdo Gomes de Moraes e Thereza Maria de Jesus eram um casal jovem, que contavam com a ajuda familiar para se estabelecer. Tinham três filhos nesta ocasião, Francisco Romualdo de Moraes com 2 anos, Jucelino Gomes de Moraes com 3 anos e Maria Romualda de Moraes com 4 anos<sup>29</sup>. O perfil de sua escravaria, embora pequena, era bem diversificado. Havia camarada trabalhando em suas terras, tinha uma escrava alugada e um escravo que, provavelmente, estava emprestado em sua casa, e outros três escravos dos quais era senhor. Estes três com hábito de fugir. Carlota estava recém-capturada de

21-CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 244.

22-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes*. Ano 1873.

23-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes*. Ano 1873.

24-José Luís Gomes era pai de Romualdo Gomes de Moraes.

25-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes*. Ano 1873.

26-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes*. Ano 1873.

27-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes*. Ano 1873.

28-SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988, pp. 87-103.

29-IPHAN/SJDR *Inventário de Romualdo Gomes de Moraes, cx ano 1873*.

uma fuga que durara um ano e três meses, Manoel e Pedro ainda estavam sendo castigados “com pegas nos pés” porque estiveram fugidos pelos lados de São Tiago.

Que tipo de senhor era Romualdo? Um senhor mau que castigava seus escravos com excesso? “Um senhor que não cumpria com seus deveres de alimentar, vestir e cuidar dos escravos em troca da obediência, fidelidade e trabalho assíduo<sup>30</sup>” como a própria lógica de dominação senhorial parecia recomendar?

A casa e as terras ocupadas pelo casal Romualdo Gomes de Moraes e Thereza Maria eram do pai de Thereza, o senhor Francisco Ribeiro da Silva. Ela e o marido viviam na Fazenda do Retiro, a mesma que consta no inventário de Antônio Ribeiro da Silva e que Francisco Ribeiro da Silva morava na época do inventário: “1 morada de casas, no lugar denominado ‘Retiro’, situada nesta Fazenda,<sup>31</sup>” em cuja casa como mencionado no início, Francisco Ribeiro teria herdado.

Havia alguma desavença ou inimizade entre Romualdo e seu cunhado Francisco Ribeiro de Resende<sup>32</sup>, a ponto deste instigar o escravo Manoel a matá-lo, conforme depoimentos de Manoel e Pedro? Segundo o escravo Pedro, o motivo “seria porque Francisco Ribeiro punha seus bois nos pastos de Romualdo”. Pastos que, provavelmente, ele não considerava ser só de Romualdo, hipótese que entenderão adiante ao falarmos sobre a fazenda do Retiro.

Pelo relato dos escravos, sabemos que, em uma das fugas de Manoel, ele teria sido “acoitado” durante um mês por Francisco Ribeiro de Resende, ocasião em que este sugeriu o assassinato ao escravo com a promessa de fugirem em seguida para o sertão. É ainda Manoel que informa que Francisco Ribeiro de Resende era inimigo de Romualdo<sup>33</sup>. Também José Antônio da Silva Magalhães testemunha neste processo, diz que “sabe por ouvir dizer que Francisco Ribeiro, cunhado da vítima, desejara comprar o escravo Manoel e, não sendo atendido pelo senhor do mesmo, aconselhara-os que fugisse com o fim de que seu senhor aborrecido o vendesse<sup>34</sup>.”

Testemunho revelador é do Tenente José Maximiano Carneiro, que sabia que “o falecido tinha o escravo Manoel preso em uma “pega” esperando aparecer a escrava Carlota para vender ambos na mata, e tendo esta aparecido haviam 8 dias, foi a vítima assassinada antes de se realizar o seu intento<sup>35</sup>.” Talvez Manoel tenha sabido também que iria ser vendido junto a Carlota na mata e, se assim o fosse, teria frustrada a possibilidade de se tornar escravo de Francisco Ribeiro Filho, o que levou-o a fingir câimbras nos pés para tirar as pegas e, assim, assassinar seu senhor e fugir. Para além da visão do cunhado de Romualdo de que ele era mau, há indícios dos castigos físicos que ele aplicava em seus escravos: Carlota foi posta no tronco, acorrentada; Manoel e Pedro tinham pegas nos pés.

## A ACUSAÇÃO

O impacto causado pelo assassinato de um senhor pelos seus escravos na sociedade oitocentista era de fato muito grande. Eram crimes que não passavam despercebidos pela justiça. Percebe-se, por este processo, que há uma movimentação e empenho por parte de outros senhores para captura dos assassinos, além de autoridades policiais da redondeza que trabalhavam na missão de prender os culpados. Olhares de curiosos que se aproximavam e queriam saber pela boca dos culpados, que se tornaram imediatamente conhecidos por onde passaram, sobre o que fizeram e como fizeram, também denotam o quanto as notícias corriam de boca em boca nesta sociedade.

30-LARA, *Silvia Hunold. Campos da Violência: Escravos e Senhoras na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 119.*

31-IPHAN/SJDR. *Inventário de Antonio Ribeiro da Silva, cx 244. Ano 1863.*

32-O nome do irmão de Thereza Maria de Jesus era Francisco Ribeiro de Resende, mas no próprio processo, às vezes, aparece Francisco Ribeiro Filho ou Francisco Ribeiro Junior. Acreditamos que seja para diferenciá-lo do pai, Francisco Ribeiro da Silva, contudo estas três formas de referências se referem a uma única pessoa.

33-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes. Ano 1873.*

34-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes. Ano 1873.*

35-IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes. Ano 1873.*

Em relação aos dois escravos, tão logo foram presos, a promotoria acusou formalmente os réus, já em relação à Carlota, a promotoria pede sua prisão, então no dia 10 de março, Carlota finalmente é apresentada à justiça e é interrogada. No dia 18 acontece o julgamento. Após sessão montada, o Defensor Dr. Juvenal de Mello Carramanhos pede a palavra e requer a separação de julgamento neste processo em relação à escrava Carlota, “pois que não a julgava no mesmo caso dos dois réus em relação a este processo, e que a senhora dos escravos (os abandonara) absolutamente à Justiça Pública, menos a escrava Carlota, de cuja defesa trataria nesta ou em outra sessão”. O promotor concorda. É feita a separação dos processos. Promotor e defensor disputam a condenação e a inocência de Carlota. O júri decide; Carlota é absolvida.

Sobre Francisco Ribeiro Filho, a promotoria demonstra desconforto para acusá-lo: “Do sumário (último) resultam indícios, se bem que remotos, contra Francisco Ribeiro Júnior, cunhado da vítima, e, conquanto repugne o crer-se, que uma pessoa tão chegada ao assassinado, por vínculo tão estreito se (abalançasse) a aconselhar ou (acoroçoar) um atentado tão horrível (...).” Acaba ficando nas mãos do juiz a decisão de como proceder em relação pessoa de Francisco Ribeiro de Resende.

No depoimento de D. Thereza, talvez para tentar inocentar Carlota de cumplicidade no assassinato de seu marido, e também inocentar seu irmão de articular o crime, ela levanta a hipótese de terem os escravos sido influenciados por outros escravos, conforme parte de seu depoimento, “alguns escravos de outras fazendas costumavam, aos domingos, frequentar a fazenda de seu marido e estavam com os escravos.”

Pensando que o que restou a Dona Thereza após a morte de Romualdo tenha sido apenas a escrava Carlota, defendê-la poderia ter sido uma estratégia para que a mesma não fosse condenada a pena de galés. Sem ela, Dona Thereza teria deixado de ser senhora de escravos, um prestígio que não deveria ser desprezado, sobretudo para uma viúva com três filhos pequenos. Os “parcos recursos” de que eram possuidores, e que D. Thereza descreve no inventário de Romualdo, não eram tão parcos para uma sociedade em que a maioria dos proprietários de escravos possuíam até cinco cativos, e que a maioria dos fogos mineiros nem escravos possuíam<sup>36</sup>.

Eles tinham três e alugavam pelo menos mais dois conforme consta no processo-crime. Entretanto, com a morte de Romualdo, a situação da família se complica. Sem os braços do homem para o trabalho e na direção dos negócios, com três filhos pequenos (2, 3 e 4 anos) e sem dois dos três escravos que possuía, a viúva recorreu à justiça para liberar rapidamente a venda de seus animais, visto não poder cuidar dos mesmos. Vendeu ainda alguns de seus bens e passou a viver de favor na casa de algum parente, conforme consta no dito inventário.

Fatídico fim para o senhor Romualdo, medo e assombro para os senhores da região em tempos cujos ânimos já viviam sobressaltados. A justiça achou por bem punir os culpados, Pedro e Manoel, inocentar Carlota e colocar um fim no assunto sem levantar as querelas familiares e preservar ao máximo o patrimônio. Thereza possuía nome, era neta do Guarda-Mor Antônio Ribeiro da Silva, um dos maiores fazendeiros da região, igual a ela seu irmão Francisco Ribeiro de Resende. O marido já estava morto, nada mais poderia ser feito. Preservar a propriedade, a honra e o prestígio nesta sociedade tinham muita valia, assim Francisco Ribeiro Júnior (Resende) saíra ileso.

A promotoria é veemente ao pedir a aplicação da Lei de 10 de Junho de 1835 contra os escravizados, que prevê em seu artigo 1º a pena de morte para os cativos que matarem seus senhores e/ou seus descendentes<sup>37</sup>. Embora não conste a ata do julgamento de Pedro e Manoel junto ao processo, um decreto enviado de Ouro Preto ao juiz de São João del-Rei nos informa que os dois réus foram condenados à morte. Contudo, por decreto do Imperador, a pena de

36-GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume: 2002, p. 114.*

37-Lei nº 4 de 10 de junho de 1835.

Pedro fora convertida em prisão perpétua com trabalho, que seria cumprido na Casa da Correção da Corte.

Matar o senhor era crime punível com a pena de morte e o castigo, que antes era responsabilidade senhorial, agora passa a ser responsabilidade do Estado, que no decorrer do século XIX foi se tornando um agente regulador das relações entre senhores e escravos, a ponto de, no caso em análise e mesmo condenados pelo júri, foi possível apelação pedindo a comutação da pena de morte em galés em favor dos réus. As frequentes comutações das penas de morte em galés pelos atos do poder moderador acabaram, assim, por incentivarem os crimes escravos contra os seus senhores<sup>38</sup>.

Manoel acreditava que seria ajudado pelo senhor Francisco Ribeiro de Resende com quem fugiria para o sertão, após cometer o bárbaro crime, mas se algo saísse errado contava com a pena de galés. De fato, a fuga não fora bem-sucedida, então a apelação para o impedidor como último recurso foi o que lhe restou. Manoel não teve sorte. Já Pedro foi cumprir sua pena na casa de Correção da corte. E Carlota voltou para seu cativeiro junto à senhora D. Thereza, até onde a documentação nos permitiu verificar. Francisco Ribeiro de Resende saiu ileso, o promotor nem chegou a pronunciá-lo. Eram os costumes e os laços de solidariedade entre senhores que ainda falavam alto naquela sociedade.

### História oral e Pesquisa documental: Problematizando as fontes

Retomando alguns pontos que nos chamara atenção na narrativa do Sr. Jackson, está a relação do entrevistado, com a casa onde morou e com a mesa marcada pelo golpe de foice que os escravizados desfecharam no Sr. Romualdo.

A mesa de bálsamo é o objeto que carregou a memória da família Ribeiro da Silva por gerações. Sr. Jackson cresceu comendo nesta mesa, era ela que não o deixava esquecer o crime cometido pelos escravizados, era ela que dizia que os negros não eram passivos, era ela que lembrava que se o senhor fosse mau ele sofreria as consequências de sua maldade<sup>39</sup>. Quantas gerações compartilharam deste mesmo sentimento? A mesa carregava a história da família, era de bálsamo, madeira forte que não se acaba, era enorme. Talvez a força e a grandeza da mesa mencionadas na descrição do Sr. Jackson representem a força e a grandeza que os escravizados adquiriram e que era constantemente lembrada por aquele objeto. Ou, talvez a mesa fosse à lembrança que a família queria preservar de que os escravizados foram vencidos.

O entrevistado relata que tinha medo quando criança de morar na casa, ouvira sobre o crime por acaso ainda pequeno e fora tomado de assombro, às vezes acordava a noite apavorado. Embora quando nascera (1927) já houvesse se passado 46 anos do acontecido, ele ainda podia ver e ouvir os fantasmas do tio e dos escravos que para ele foram mortos no verão de 1873.

Na história contada por ele, provavelmente a que ouvira, é de que os três escravos foram capturados e enforcados para servir de exemplo aos demais. Uma fala que corrobora com a versão oficial da memória sobre a escravidão<sup>40</sup>. Mas sabe-se pela análise do processo que não fora o que de fato ocorrera. Vivemos cada vez mais distante da tradição oral, crescemos impregnados da cultura do papel- que arriscaria a dizer esta sendo substituída por uma cultura tecnológica- mas o que quero dizer é da tendência que temos em acreditar mais no que esta impresso do que no que é falado. Talvez porque também perdemos valores que antes possuíamos. A palavra já não tem o valor de verdade de outrora, o homem não se conecta a ela. A memória é mais desenvolvida e a ligação do homem com a

palavra é mais forte nas sociedades orais<sup>41</sup>, e nós vivemos em uma sociedade de escrita.

Ora, mas até que ponto o processo é mais esclarecedor do que a fala do entrevistado? Não teria ele também sido produzido por homens impregnados de determinados valores e que conduziam os interrogatórios conforme sua percepção de verdade? Não seriam ainda estes depoimentos filtrados e transcritos pela pena dos escrevões? Não seria ele um documento também impregnado de oficialidade<sup>42</sup>? Não estaria ele a reproduzir uma versão da história apenas, mas não necessariamente a que de fato ocorrera?

Problematizar as fontes não é invalidá-las, mas antes tentar mostrar que os relatos orais não são menos importantes como fontes do que os relatos escritos, e que os dois não reproduzem necessariamente toda a verdade dos fatos, por inúmeros motivos, pela falsificação e alterações intencionais ou não que os documentos podem sofrer, porque ambos são frutos de um tempo, produzidos por pessoas que pertencem a determinado grupo social e, portanto impregnada dos valores que este grupo possui. Contudo, nós carecemos de ambos para compreendermos o nosso passado. Há muito silêncio sobre a escravidão que precisa vir à tona. Há muita lembrança compartilhada pela oralidade e transmitida de geração a geração, esperando para sair do esquecimento, e que merecem ser ouvidas. Vozes silenciadas e que não desejam mais se calar<sup>43</sup>.

Pelo depoimento do entrevistado, escutamos sobre a solidariedade entre os homens brancos da época na luta para conter e punir a rebeldia escrava. Terá sido esta memória que a família quisesse se lembrar? A memória confere identidade ao grupo ela pode ser reinterpretada e reenquadrada de acordo com quem está à frente do grupo, de acordo com quem narra. Se pudessemos ouvir um descendente destes escravizados teria sido esta parte da história contada? Teria a mesa tanto significado na narrativa? Qual seria o(s) fato(s) retidos na memória destes descendentes?

Pelo processo crime também ouvimos as vozes de uma das testemunhas sobre a mesa de bálsamo. Naquela época em que a palavra ainda tinha força de verdade, os relatos das testemunhas se baseavam no ouvir dizer e isto era suficiente para condenar ou inocentar o réu, de acordo com o valor do homem que emitia o testemunho, neste caso, José Coelho de Moura, 34 anos de idade, solteiro, empregado público, como é mencionado a seguir:

Respondeu que ouvia dizer a Pedro na ocasião que chegou preso a esta cidade em companhia de Manoel, que Manoel tinha dado 1 foçada e (secundou), e que tinha quebrado a beirada da mesa que se achava perto do lugar, onde se acha deitado seu senhor, e que ele Pedro tinha dado 2 facadas do lado esquerdo, e sabe mais por ouvir dizer a diversas pessoas desta cidade, que depois de perpetuado o crime arrombaram a porta do quarto, onde estava sua senhora, e disseram que com (ela) não queriam nada, e sim dinheiro, e que de fato levaram dinheiro, mantimentos e roupas, e que antes disso soltaram a escrava que se achava presa em uma corrente, e mais não disse<sup>44</sup>.

Quando Pedro ou Manoel foram inquiridos no processo nada disseram sobre a mesa ou o golpe de foice que erraram, ao contrário, contaram dos vários golpes que desferiram contra Romualdo e a valentia de Manoel que foi quem desferiu o primeiro golpe. Não negaram o crime ou mesmo esconderam a motivação para ele, seu senhor era um “homem mau”. A mesa para os réus nada representava, era apenas um objeto que estava ali no ambiente. Para a testemunha, que ouviu dizer, talvez a prova do crime.

Mas para o entrevistado era uma coisa<sup>45</sup> dotada de vida e que falava sobre parte da história de sua família. A mesa que cristaliza

38-MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.31.

39-A respeito da leitura sobre os excessos cometidos pelos senhores na aplicação dos castigos ver: LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

40-POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.

41-BÁ, A. Hampaté. *A tradição viva*. In: BARROS, Myriam M. de. *Memória e família*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989, p. 29-42.

42-Ibidem.

43-POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417.p.3>

44=IPHAN/SJDR. *Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes. Ano 1873*. fl. 54.

45-Utilizamos aqui os conceitos de objeto e coisa desenvolvidos por INGOLD, Tim. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. Horiz. antropol. [online]. 2012, vol.18, n.37, pp.25-44.

a lembrança e sua transmissão, a memória que confere significado a mesa, a história que se apropria da memória<sup>46</sup>.

## CONCLUSÃO

As pequenas lutas dos escravos para desvencilhar-se do cativo em sua maioria individuais e dotadas de ideais próprios, embora quase sempre reprimidas, estiveram presentes até o final da escravidão. Estas lutas representam a resistência do negro escravizado a dominação senhorial. Em uma época que os crimes e transgressões dos cativos eram tratados nos limites das próprias fazendas e propriedades senhoriais uma boa parte destas transgressões não ficaram sequer registradas na documentação, o que dificulta o estudo sobre esta resistência. Mediante a dificuldade de localizar os cativos na documentação foi preciso encontrar um caminho para que estas histórias viessem à tona, neste sentido o cruzamento de fontes de diversas naturezas incluindo as fontes orais se apresentaram como excelente alternativa.

Se o processo nos permitiu conhecer mais atores envolvidos na história, a história narrada por Sr. Jackson nos permitiu vislumbrar o impacto daquele assassinato na vida de sua família por muitas gerações, ele trouxe à luz detalhes que a nós teria passado despercebido apenas na análise do processo, como o significado da mesa de bálsamo para a história de sua família. Assim, podemos dizer que cada uma das fontes com suas particularidades foram fundamentais para a reconstrução deste mosaico de ações e emoções que no ano de 1873 impactaram a vida de tantas pessoas no pequeno arraial de Santa Rita do Rio Abaixo. Um passado que ainda se faz presente na memória de Sr. Antonio Ribeiro Jackson.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX. 2003. 224p. Tese (Doutorado em História), UNICAMP, Campinas, 2003.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In: BARROS, Myriam M. de. Memória e família. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3,. 1989.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

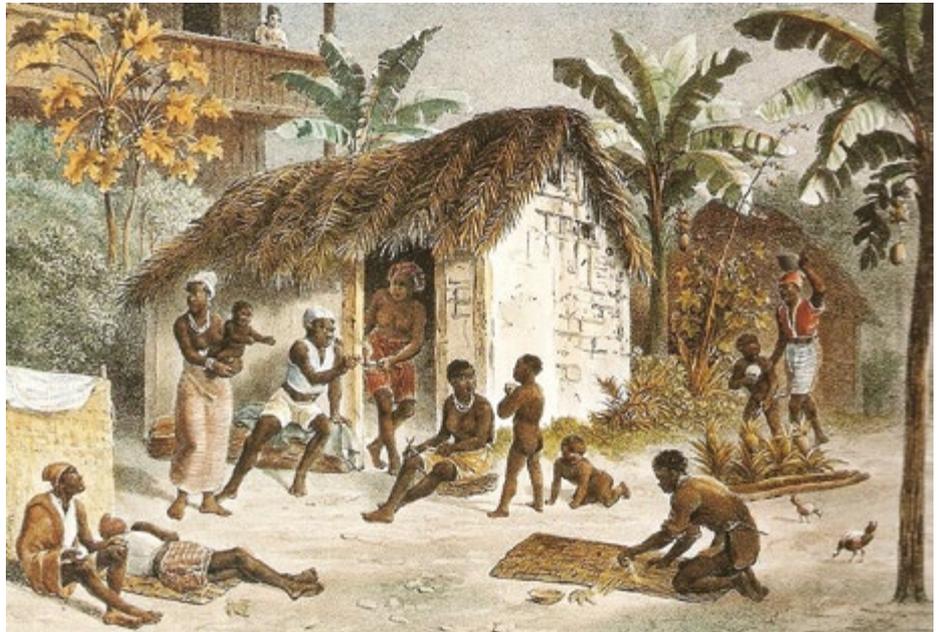
CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p. 104 e CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume: 2002.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horiz. antropol. [online]. 2012, vol.18, n.37.

LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista-Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: Os Ribeiro da Silva, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. 2014.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na Rua: a nova face da escravidão. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – séculos XIX. Bauru: EDUSC, 2004.

## FONTES DOCUMENTAIS

IPHAN/SJDR. Processo-crime 33-12 de Romualdo Gomes de Moraes. Ano 1873.fl. 54.

IPHAN/SJDR. Inventário de Antonio Ribeiro da Silva, cx 244. Ano 1863.

IPHAN/SJDR. Testamento de Constancia Candida de Jesus. Cx 64. Ano 1866.

IPHAN/SJDR Inventário de Romualdo Gomes de Moraes, cx ano 1873.

JACKSON, Antonio Ribeiro. Entrevista concedida a Elizabeth Marcia dos Santos e Saulo Vieira. Arquivo de vídeo. São Tiago, 20 de maio de 2018. Lei nº 4 de 10 de junho de 1835.

46-NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.p.22.

## LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA!

### Os potes d'água

Na década de 50, em São Tiago, as missas eram muito demoradas. Todos os domingos, na “missa das crianças,” das 10 horas, Monsenhor Eloi fazia longos sermões. Para nós crianças de 8, 9, 10 anos era uma eternidade, então ficávamos, inquietos e reclamando de “sede” que era mais fácil de resolver por nossas mães.

O alpendre da casa do Sr. Hemetério, onde hoje é um prédio, era cheio de vasos de antúrios, lírios, samambaias e sua esposa D. Trindade de tanto atender as crianças pedindo água, teve a sensibilidade de colocar em uma cadeira de madeira menor, um pote tampado com um prato esmaltado e uma caneca também esmaltada encima. Quando nós crianças estávamos sedentas, dentro do horário ou pós-missa, íamos tomar água tranquilamente, não precisava ficar chamando. Eles deixavam o portãozinho encostado e íamos em turma beber a água do pote do Sr. Hemetério. Ele sempre na janela brincava com a gente. Às vezes, se estivesse com as mães voltávamos para a igreja. Se estivéssemos em grupo, dali, aos risos já íamos assentar debaixo da magnólia, que tinha uma sombra deliciosa, onde hoje é o abrigo da parada dos ônibus.

Do outro, D. Sinhá do Juca, sentindo o “drama das crianças” também se sensibilizou e ofereceu o “seu pote” aos domingos. Só tinha uma diferença: como percebeu que tinha criança maldosa devolvendo “água servida” colocou duas canecas grandes. A de cima do prato era de lata, toda de bicos, onde não conseguíamos beber. Esta que era usada para “enfriar no pote”.

Diante disso éramos obrigados a despejar em outra e em uma garrafa era passada de boca em boca. Ela sempre por perto. Tempos áureos, peraltices de crianças. Saíamos felizes, saciados e nunca ninguém “adoeceu”, por isso se “adoeceu” nem ficamos sabendo... Nem sempre voltávamos para a igreja.

Tia Sinhá era moradora da casa antiga ao lado do “Passinho”, tanto ela como a Tia Trindade, usavam saias pretas rodadas, blusas decentes com mangas e babados, sorriso no rosto e muito carinho



no coração. Eram as “tias” de todas as crianças que iam em busca de água. Se a missa tivesse acabado, aproveitavam e davam conselhos, numa conversa franca e agradável.

Gestos simples de pessoas nobres que não podem cair no esquecimento.

**Maria Elena Caputo**  
Professora/Psicóloga

### A FLOR NA FECHADURA

As cidades interioranas trazem junto com suas histórias muitos costumes bonitos e significativos.

Numa época em que não existiam telefones nem redes sociais, famílias e amigos visitavam pessoas queridas, muitas vezes sem avisar. Faziam isso sempre aos finais de semana, principalmente aos domingos, quando todos estavam em casa. Nos dias de semana acontecia alguma visita, mas essas somente de precisão. Ali se juntavam para ter um dedo de prosa, trocar ideias e fazer uma breve visita. Tomava-se um delicioso café com biscoitos, levava-se quitandas, doces, carnes, verduras, frutas, mudas de plantas. Era um tempo de fartura e partilha!

Acontecia, às vezes, por não avisar, o risco de não encontrar ninguém em casa, pois eles também se organizavam para sair, passear. Um costume muito usado para sinalizar que o visitante esteve ali era colocar na entrada da chave, na corrente, no cadeado ou nas frestas da porta, uma flor, ou raminho das próprias plantas que tinha na entrada da casa. Isso significava que alguém da família ou amigo havia passado por ali. Além de ver aquele gesto, ficava-se



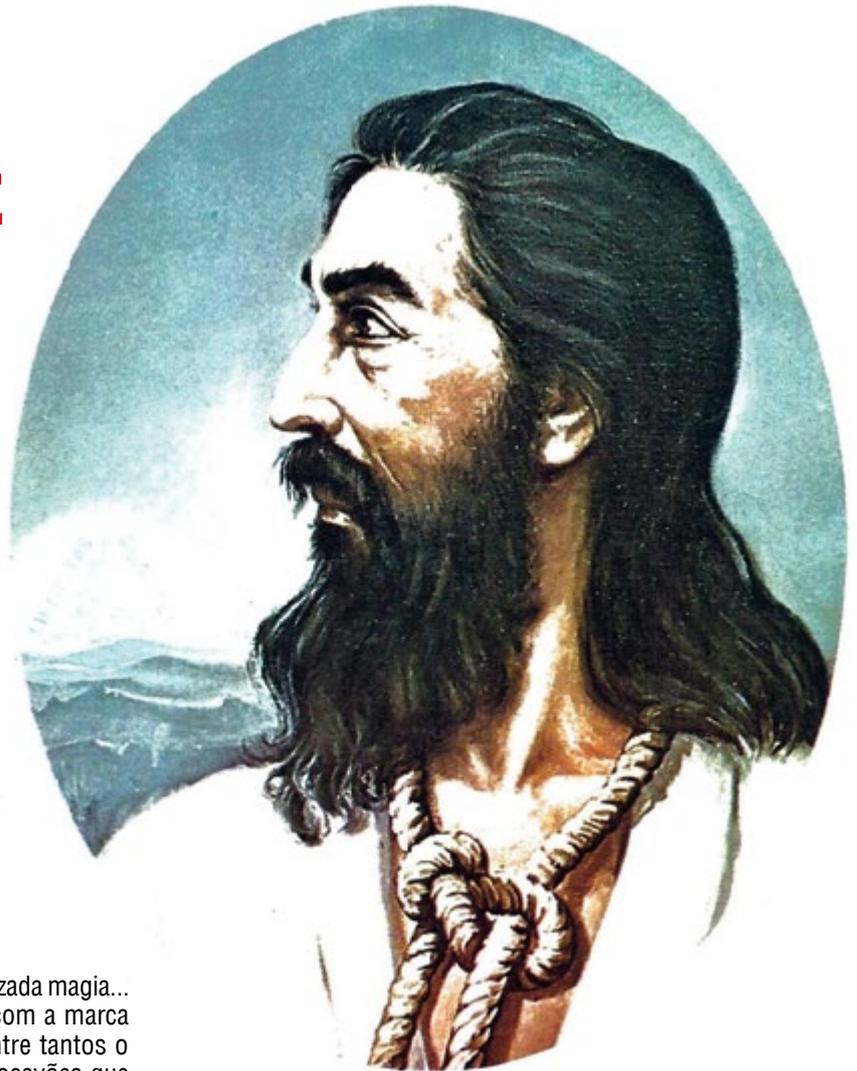
pensando quem esteve por aqui? Era algo muito especial!

Dias depois, quando se encontrava a ilustre visita pela rua, ela dizia: “estive na sua casa, como não encontrei ninguém, deixei uma flor na sua porta, você encontrou?”

**Marcus Santiago**  
IHGST/ALSJDR

# Inconfidência Mineira

## A ELOQUENTE FIGURA DE JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, O TIRADENTES



Nossa região é, indubitavelmente, pura história, eternizada magia... Terra libertária, memória viva, plena de mitos, ritos, com a marca transcendente, enfática de inolvidáveis eventos, dentre tantos o da Inconfidência Mineira. Montanhas, vales, trilhas, socavões que guardam ainda os arroubos da multissecular conspiração, por onde se auscultam pisadas humanas sediciosas, o trotear de tropas em intermitente, o galopar dos sonhos libertários, alvoroçada travessia...

Honra-nos, extasia-nos compartilhar paragens, caminhos percorridos pelos inconfidentes, onde há mais de dois séculos, aflorou, intrépida, visionária, a semente da liberdade pátria. Território bafejado por notáveis personalidades ligadas ao sonho de autonomia político-administrativa nacional – Pe. Toledo, os Resende Costa (pai e filho), Cel. Oliveira Lopes, Alferes Tiradentes... – cujos ideais emancipacionistas atravessam tempos e espaços, sedimentando-se na perpetuidade, na contemporaneidade.

Dentre os conjurados, avulta-se a figura do Alferes Tiradentes, cujo ativismo político e liderança do movimento pró-independência do País, torná-lo-iam herói-mártir da inconfidência, patrono cívico do Brasil, um dos mais eméritos e perenizados brasileiros de todos os tempos.

**Aspectos biográficos de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes** - Tiradentes foi figura polivalente, itinerante em suas profissões e andanças, dedicando-se a várias atividades, nas mais variadas extensões do território mineiro – minerador, agricultor, tropeiro, mascate, dentista, militar, engenheiro prático. Teve, como base, para seu projeto libertário o território mineiro, a partir das searas do Rio das Mortes, onde viria à luz na Fazenda do Pombal, batizado aos 12/11/1746 na capela da paragem de São Sebastião do Rio Abaixo, subordinada à matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del-Rei.

Foi seu padrinho Sebastião Ferreira Leitão; cerimônia celebrada pelo capelão Pe. João Gonçalves.

O menino Joaquim, nascido na próspera fazenda do Pombal, de propriedade de seus pais Domingos da Silva dos Santos e Antonia da Encarnação Xavier, nas proximidades da capela de Santa Rita (Ritópolis) por ali viveria os primeiros anos; estância dedicada à mineração e agricultura, com engenho de açúcar, à margem direita do Rio das Mortes, confluência do Rio Santo Antonio. Contava, então, a propriedade 38 escravos, sendo Domingos da Silva dos Santos proprietário ainda de duas casas na vila de São José (Tiradentes). Tinha a fazenda uma capela dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, devidamente adornada e paramentada, sem autorização, contudo, para proceder a sacramentos – daí os filhos de Domingos e Antonia serem batizados nas capelas de Santa Rita e São Sebastião (esta desaparecida em inícios do século XIX). Segundo Mons. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (“Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil” RJ, Imprensa Régia, 1820-1822, vol. 3, p. 136) a capela de São Sebastião achava-se deteriorada por volta de 1820, sendo substituída pela capela do Rosário no mesmo sítio. O intrigante é que no batismo de Tiradentes, a localização geográfica da capela de São Sebastião era próxima ou no entorno da Fazenda do Pombal, seguindo o curso do Rio das Mortes. Tiradentes ficaria órfão de mãe aos 9 anos e de pai aos 11.

**Pais de Tiradentes** – Domingos da Silva dos Santos era natural da freguesia de Santo André Gaducoso, termo da vila de Celourico de Basto, arcebispado de Braga, onde nasceu em 1698. De espírito trabalhador, migrou para o Brasil, instalando-se na vila de São José, onde adquiriu a fazenda do Pombal, que pertencera ao Cap. Francisco Viegas Barbosa. Além da exploração de lavras minerais, Domingos cultivava inúmeras lavouras, além da criação de porcos e cavalos. Foi almotacel (inspetor de pesos e medidas) e vereador à Câmara da vila de São José do Rio das Mortes, biênio 1755/1756. Faleceu aos 12/11/1757, sendo sepultado na igreja de São Francisco de Assis da Ordem Terceira, da qual era membro professo.

D<sup>a</sup> Antonia da Encarnação Xa-

Domingos da Silva dos Santos e Antonia da Encarnação Xavier casaram-se aos 30/06/1738. Filhos do casal:

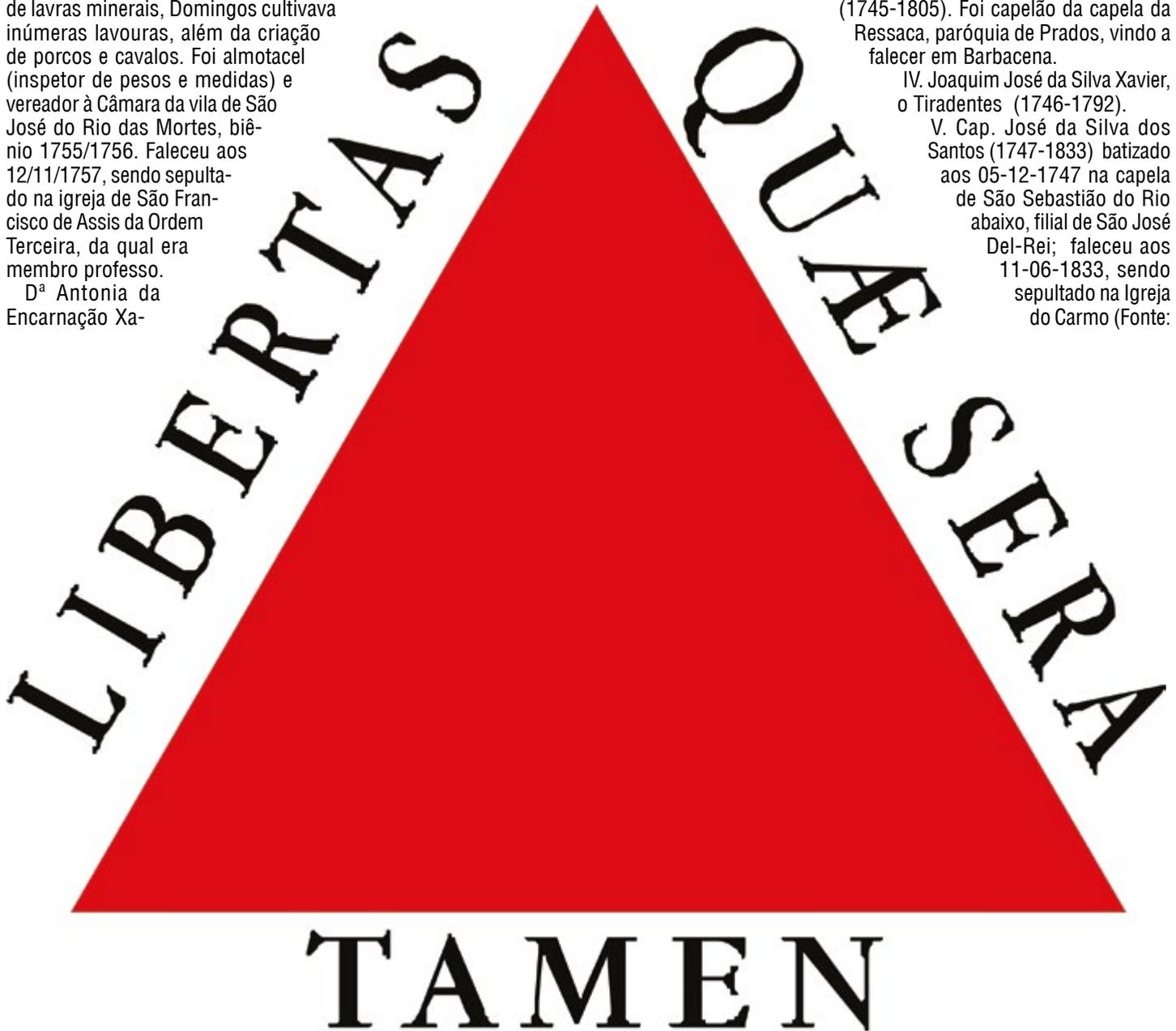
I. Pe. Domingos da Silva Xavier (1738-...). Ordenado em 1765, ocupou o cargo de vigário da vara da vila de Pitangui (1775).

II. Maria Vitória de Jesus Xavier (1742-...).

III. Pe. Antonio da Silva dos Santos (1745-1805). Foi capelão da capela da Ressaca, paróquia de Prados, vindo a falecer em Barbacena.

IV. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792).

V. Cap. José da Silva dos Santos (1747-1833) batizado aos 05-12-1747 na capela de São Sebastião do Rio abaixo, filial de São José Del-Rei; faleceu aos 11-06-1833, sendo sepultado na Igreja do Carmo (Fonte:



vier nasceu em 1721 na vila de São José, sendo batizada na matriz de Santo Antonio pelo Pe. José Nogueira Ferraz. Era filha de Domingos Xavier Fernandes, português, natural da freguesia de São Tiago da Cruz, arcebispado de Braga e de Maria de Oliveira Colaço, natural de Mogi das Cruzes (de onde eram os avós Antonio de Oliveira Setubal e Isabel de Oliveira Colaço). Falecida em 1755, D<sup>a</sup> Antonia da Encarnação Xavier foi igualmente sepultada na igreja de São Francisco de Assis da Ordem Terceira de São João Del-Rei. Domingos Xavier Fernandes, um dos primeiros habitantes da vila, foi provedor dos quintos de ouro do arraial do Bichinho, tesoureiro da primeira câmara municipal eleita (1718), além de pertencer às irmandades de Bom Jesus dos Passos e do Santíssimo Sacramento da matriz de Santo Antonio.

Cônego Raimundo Trindade – Velhos Troncos Mineiros, vol. II) C/c Joaquina de Proença Góes e Lara, os quais prosseguiram na administração da Fazenda do Pombal.

D<sup>a</sup> Joaquina de Proença Góes e Lara era natural da vila de São José, filha do Cap. Francisco Pinto Rodrigues e de Ana Maria Bernardes de Góes e Lara, np de José Simões, n. de São Martinho de Pousada e Maria Rodrigues, n. de São Salvador de Joane, comarca de Vila Nova de Famalicão; nm do Cap. Pedro Bernardes Caminha, n. de Paredes do Rio, comarca de Chaves e de Ângela de Góes de Almeida, n. da vila de São Paulo de Piratininga (Fontes: Pedro Taques – Nobiliarquia Paulistana vol. I, p. 207 // Silva Leme – Genealogia Paulistana, vol. IV, p. 499).

VI. Eufrásia Maria da Assunção (1751-...) c/c Custódio Pereira

Pacheco em 1768.

VII. Antonia Rita de Jesus Xavier (1754-...) c/c Francisco José Ferreira de Souza em 1772.

### Infância e juventude de Tiradentes

Entre 12/12/1757, quando perdeu o pai, até o ano de 1767, já aos 20 anos, Joaquim pediu sua emancipação, pouco – ou quase nada – se conhecendo sobre sua infância e mocidade. Sua carta de emancipação, datada de 15/07/1767, foi assinada pelo Conde da Cunha, nono vice do Brasil entre 1763-1768. Sabe-se ou supõe-se que, no período de orfandade, tenha sido cuidado pela irmã mais velha Maria Vitória e mesmo pelas tias Maria Vitória e Rita de Jesus Xavier, convivendo, nesse período, com o primo José Veloso Xavier, o famoso botânico Frei Veloso. São, todavia, conjecturas...

Nesse período, aproximara-se do padrinho Sebastião Ferreira Leitão, homem de posses, minerador, versado na arte de “tirar dentes”, ofício o qual ensinaria ao afilhado, naqueles tempos exercido por práticos. Desejando cuidar de seus próprios negócios, o jovem Joaquim José decidiu afastar-se da região, apurando seus direitos e bens na fazenda do Pombal, passando a mascatear (comercializar todo tipo de mercadorias por pousos, povoados, arraiais e fazendas do imenso território mineiro) chegando até o norte de Minas e provavelmente a Bahia.

Além de mascatear, Tiradentes arrancava dentes, tratava feridas, relacionava-se amigavelmente com os moradores, assimilando suas lutas e sofrimentos cotidianos. Em Minas Novas, chegou a ser preso por “comportamento inadequado” (teria se indignado e defendido um escravo açoitado selvagememente pelo senhor).

Em 01/12/1775, aos 29 anos, alistou-se na Companhia de Dragões da Milícia Paga da Capitania de Minas Gerais, no posto de alferes. Em seu primeiro ano (1776) atuou no quartel de Vila Rica em funções burocráticas (controle de armas e mantimentos). Entre 1777 e 1779, esteve lotado no Rio de Janeiro, juntamente com 240 dragões de Minas, enviados para defender a capital de ameaça de invasão espanhola. Em 1780, comanda o destacamento de Sete Lagoas (entrada para o vale médio do rio São Francisco) combatendo contrabandos de ouro e gado e em 1781 é nomeado comandante do destacamento do Caminho Novo, estabelecendo-se em Porto de Menezes (hoje cidade de Simão Pereira) onde adquiriria várias

sesmarias<sup>(1)</sup>. Ai Tiradentes se notabilizaria pelo combate a quadrilhas de bandidos e facínoras – dentre elas as chefiadas por “Mão de Luva” e “Montanha” – que levavam o terror aos viajantes e populações próximas. Em 1784, conhecido por sua “inteligência mineradora” recebeu a incumbência de verificar a ocorrência de minas de ouro (datas auríferas) divisas entre Minas e o Rio de Janeiro, bem como o levantamento de bacias hidrográficas e toponímicas, mapeamento e recenseamento populacional com a identificação de núcleos habitacionais clandestinos.

Tiradentes, após cumprir a missão no sertão, retornou a Vila Rica (1785) passando a se relacionar com Antonia Maria do Espírito Santo, então com 16 anos, provindo uma filha de nome Joaquina, batizada na matriz de Nossa Senhora do Pilar aos 31/08/1786, constando na certidão ser filha natural de Antonia e o pai “diz ser o alferes Joaquim José da Silva Xavier”<sup>(2)</sup>.

Embora eficiente soldado, Tiradentes seria sempre preterido nas promoções, destinadas estas a membros da aristocracia da época.

Entre 1787 e 1789, realizou uma série de viagens ao Rio de Janeiro, cidade que conhecia muito bem, atravessando estalagens, fazendas, prostíbulo, passando a argumentar e a pregar a independência de nosso País. Por essas andanças e por suas explosivas ideias, adquiriria o apelido de “corta vento” e ainda de “liberdade”.

Em contacto diário com a pobreza do País e do povo, entusiasmado com a independência das 13 colônias inglesas do norte (Estados Unidos), Tiradentes passa a pregar abertamente a separação do Brasil da Metrópole, a quem considerava um “sanguessuga”. Tendo apresentado vários projetos à Câmara do Rio, não acolhidos por boicote dos comerciantes portugueses, torna-se ainda mais descontente e obstinado em suas destemidas ideias libertárias.

Encontra-se no Rio de Janeiro com o Dr. José Alves Maciel, formado na Inglaterra, de ideias iluministas, passando ambos a planejar um levante a partir da Capitania de Minas, granjeando, para tanto, o apoio de importantes setores da sociedade mineira da época. Inegáveis, sem dúvida, o espírito ardoroso e percuciente de Tiradentes!

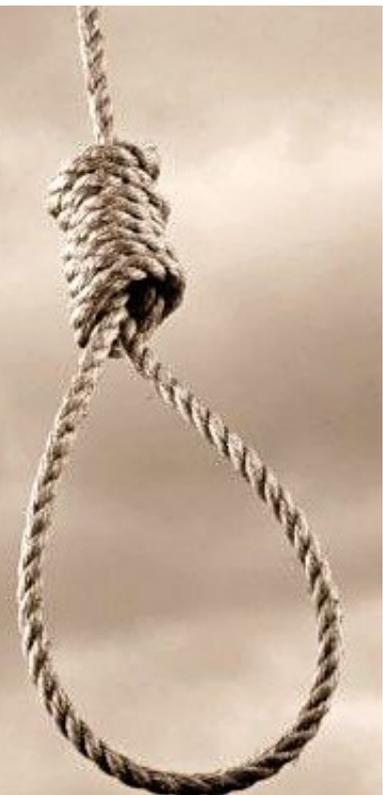
Os projetos de emancipação do País, a partir de Minas Gerais, seriam abortados, ante a denúncia feita por Joaquim Silvério dos Reis e outros envolvidos às autoridades colonais, culminando com a prisão e enforcamento de Tiradentes no dia 21 de abril de 1792...

### NOTAS

(1) Tiradentes se estabelecerá na fazenda “Rocinha da Negra”, às margens do Rio Paraíba, onde edificou casa coberta de sapé, implantou benfeitorias, plantações, contando com pequeno rebanho e 6 escravos. Além de 8 sesmarias, a Coroa concedeu-lhe datas em “terras devolutas”; embora procedesse a minerações, Tiradentes não conseguiria obter riquezas (região provavelmente imprópria para mineração).

Em 1789, quando do sequestro e leilão de seus bens, suas sesmarias foram adquiridas pelo Cap. José Cerqueira Leite, posteriormente herdadas pelo filho Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, barão de São João Nepomuceno e presidente da Província de Minas Gerais entre 1864-1865.

(2) Tinha Tiradentes a cabeça grisalha, vestindo-se então garbosamente. Seu sortido guarda-roupa constava sete casacas, quinze calções (calça que ia até os joelhos, comuns à época), seis camisas finas, dois coletes, dez pares de meias, além de quatro fardas, botas, capacete, espada, pistola etc.



# SHANKARA E A MANIFESTAÇÃO DA DEUSA KALI

Shankara, que viveu no século IX d.C., foi um dos maiores filósofos hindus e um dos mais influentes pensadores e intelectuais da história asiática. Um santo, na acepção do hinduísmo, tendo, ao redor de si, milhares de seguidores. Suas ideias influenciaram o pensamento religioso hindu durante séculos, persistindo mesmo até os nossos dias.

Foi ele um dos primeiros iogues a defender e a divulgar o conceito de que o mundo é um maya total, uma ilusão e que, todos nós, na realidade, somos um - uma unidade. Contudo, desprezava radicalmente em seus ensinamentos o princípio feminino da Divindade, indicando que tudo que dizia respeito à matéria ou ao desejo era

uma condição inferior do ser.

Conta-se que, certo dia, já ao final de sua curta existência terrena, quando adentrava, com seu séquito de discípulos, em um templo de Shiva, deparou-se com uma mulher maltrapilha, transtornada, de casta inferior, bloqueando-lhe o caminho. A pobre mulher soluçava, histérica e convulsivamente, sobre o cadáver do marido. Visivelmente contrariado, senão afrontado, com ares de repugnância e insolência, ordenou à mulher:

- Saia do meu caminho!

A mulher iletrada, humílima, embora ali em situação da mais intensa dor, de desventura e viuvez, olhou-o com estranheza e destemor:

- Você não é o mestre, o santo que diz que tudo e todas as coisas são Brahman, que todas as coisas são de Deus e que não há impureza em ninguém e em lugar nenhum?!, retrucou a sofrida mulher, prosseguindo de forma arrebatada e transfigurada:

- Se eu não sou, pois, impura, por que devo sair do seu caminho? Se eu sou, como você mesmo prega, por todas as praças e púlpitos, a Realidade Onipresente, como posso sair do seu caminho?!

Não terminaram aí as surpreendentes palavras da mulher.

- O seu Brahman, o Deus que você apregoa nada mais é do que isto!, gritou, a plenos pulmões a mulher, apontando o marido ali morto.

Naquele instante, atingido por um fulminante raio interior, a mente do famoso iogue abriu-se com violência. Ele se lembrou e reviveu uma das cenas e imagens mais dramáticas da vasta iconografia religiosa indiana: a deusa Kali pressionando o cadáver do deus Shiva. "Sem o poder dela, o próprio Shiva não é capaz de se erguer" no dizer dos shaktas (adoradores da deusa).

Naquela fração de segundos, Shankara compreendeu que, ao negligenciar a Deusa, ele perdera e mutilara a própria essência de sua vida. Imaginando Brahman como consciência unicamente pura, imóvel, abstrata, ele se esquecera do princípio fecundo, vivo e criador da realidade: o feminino.

Agora, ali à sua frente, assombrosamente, estava a deusa Kali se manifestando para lembrá-lo de sua glória, de seu poder. E o admoestando de forma tão incisiva, contundente, perante seus seguidores e peregrinos que, agora, em pleno silêncio, acompanhavam, perplexos, o singular momento.

Para assombro de seus discípulos, Shankara ajoelhou-se, súbita e humildemente, agarrou-se aos pés da mulher, agradecendo-lhe a lição transfiguradora.

- Não, você não é, nem nunca foi impura. Minha mente é que era impura. Jamais encontrei um mestre como você!

A partir desse dia, Shankara desistiu de escrever sobre filosofia e teologia, passando a compor maravilhosos e extáticos hinos à Deusa, alguns dos quais, ainda hoje, são considerados os mais belos versos em idioma sânscrito. E, tornando-se, sem dúvida, um mestre mais tolerante e magnânimo...



# ANTIGOS MORADORES DA CAPELA DE SÃO JOÃO BATISTA (MORRO DO FERRO)

## PEDRO MACHADO FERREIRA E ROSA MARIANA DA BORBA

FOTO: ANDRÉ LUIS VIEIRA / DIVULGAÇÃO

Pedro Machado Ferreira e Rosa Mariana da Borba foram proprietários da Fazenda Jacaré na capela de São João Batista (Morro do Ferro), freguesia da Vila de São José Del-Rei, onde viveram e faleceram.

D<sup>a</sup> Rosa Mariana era natural da Vila da Praia da Ilha Terceira, arquipélago dos Açores, vindo a falecer na Fazenda Jacaré, sendo inventariada pelo marido Pedro Machado Ferreira, inventário aberto aos 22-02-1785. D<sup>a</sup> Rosa Mariana tinha uma legítima em sua terra natal que lhe tocara pelo falecimento dos pais e que segundo o inventariante (aditamento datado de 21-10-1788) foram os “bens rematados” pela quantia de 275\$565. O documento de inventário acha-se arquivado no IPHAN/SJDR – Cx. 390, ano 1785 e que conforme anotações do pesquisador Moacyr Villela acha-se bastante danificado, só constando sua parte final (herdeiros).

### Bens inventariados:

- Uma roça composta por campos, capoeiras, matos virgens confrontando a leste com terras de André Martins e Matias Francisco de Vargas; pelo oeste com terras de Antonio José Fernandes e Manoel Mendes dos Santos; pelo sul com terras de José Machado Neto e seus sócios. Terras e benfeitorias avaliadas no total de 2:200\$000

### Filhos do Casal:

1. Vitória Teresa de Jesus, que foi a primeira mulher do Alf. André Martins Borges, filho homônimo de André Martins Borges e Maria Josefa do Nascimento, np de Alexandre Martins Borges e Maria Machado Souto Maior, nm de Manoel Borges Pacheco e Catarina de São José. D<sup>a</sup> Vitória Teresa e o alf. André Martins Borges foram os pais, dentre outros, de Joaquina Teresa de Jesus c/c Manoel Francisco de Vargas (família Vargas).

D<sup>a</sup> Vitória faleceu aos 18-08-1792, deixando geração (família “Martins Borges”).

2. Custódio Machado Ferreira, casou 2 vezes. Em 28-10-1795, já viúvo de Ana Rosa de Jesus, casou na capela da Lage com Maria Bernarda de Jesus, filha de Pedro da Costa e Bernarda Josefa da Estrela, irmã de D. Mariana Francisca de Belém c/c Bernardo Homem da Silveira (família “José de Andrade Braga”).

3. Maria Joaquina da Assunção, já falecida em 1785. Foi a primeira mulher de Manoel Borges Pacheco, Júnior, filho homônimo de Manoel Borges Pacheco e Catarina de São José (família “Manoel Borges Pacheco”). Viúvo, Manoel Borges Pacheco casou com Luzia Rodrigues Assunção.

4. Antonio Machado, citado por carta para a partilha.

5. Mariana c/c Manoel Correa da Silveira (citados por carta para a partilha).

6. José Pires de Mendonça, batizado aos 23-09-1762 na capela de Oliveira; com 22 anos em 1785. Casou aos 23-08-1794 na capela de Oliveira com Ana Josefa de Castro, n. de Santo Antonio da Casa Branca, filho do Dr. João Pitta Loureiro e Ana Joaquina de Castro. D<sup>a</sup> Ana Josefa de Castro foi sepultada no cemitério de São João Batista aos 31-05-1803.

Filhos do casal José Pires de Mendonça e Ana Josefa de Castro: I. Ana, batizada aos 24-11-1795 na capela de São João Batista (Morro do Ferro); II. José, batizado aos 03-12-1798 na capela de Oliveira; III. Joaquim Pires de Mendonça, batizado aos 19-02-1801 na capela de São João Batista. Casou aos 12-05-1819 na capela de São João Batista com Clara Constança dos Anjos, filha do Alf. José Ribeiro da Silva e Ana Ribeiro de Brito, nm de Matias Francisco de Vargas e Maria Antonia da Silva (família “Matias Francisco de Vargas”); IV. Maria Venância de Castro, casou aos 26-11-1834 na matriz de Bom Sucesso com Honório José Fagundes, filho de José Custódio da Silva Bastos e Maria da Silva.

Sobre o Alferes Matias Francisco de Vargas, grande latifundiário



regional e patriarca da família Vargas em nossa região, ver matérias em nosso boletim n.....

7. Pedro, batizado aos 10-02-1766 na ermida de São João Batista.

8. Teodora Vicência de Jesus com 17 anos em 1785. Casou aos 19-10-1797 na capela de São João Batista com Marcelo Marques de Carvalho, nascido em Barbacena aos 30-10-1767, filho de Manoel Marques de Carvalho, n. da freguesia de Ruivães, arcebispo de Braga e Tomasia Maria de Jesus, neto paterno de Gabriel Marques de Carvalho e Escolástica Pereira, neto materno de Francisco Xavier de Souza e Esperança do Rosário, bisneto de João de Ávila Raposo e Maria do Rosário (família “Os Ávila Raposo”).

Sobre Manoel Marques de Carvalho, construtor da igreja de São Tiago Maior (1761) ver matérias em nosso boletim n<sup>o</sup> CXXXI - agosto /2018.

## FÉLIX DOS SANTOS PEREIRA / MARIA DE SOUZA DA CONCEIÇÃO

D<sup>a</sup> Maria de Souza da Conceição, falecida aos 10-05-1797, era natural da freguesia de Ouro Branco, filha legítima de Antonio da Costa e s/m Francisca Machado. Foi ela proprietária da Fazenda da Intendência na aplicação de São João Batista (Morro do Ferro), termo da vila de São José. Em seu testamento datado de 16-04-1796, nomeou como 1<sup>o</sup> testamenteiro seu filho José dos Santos Pereira, em 2<sup>o</sup> Boaventura José dos Reis e em 3<sup>o</sup> Manoel Ignácio da Silveira. Casada em 1<sup>as</sup> núpcias com Manoel Dutra de Faria com quem teve as filhas: 1 – Francisca de Jesus c/c Manoel Ferreira de Figueiredo, residentes na aplicação de Formiga, termo da vila de São Bento do Tamanduá; 2 – Maria.

Em 2<sup>as</sup> núpcias, D. Maria de Souza da Conceição foi casada com Félix dos Santos Pereira, português de Angra, falecido aos 04-01-1779 em sua fazenda Intendência, aplicação de São João Batista, (IPHAN/SJDR Inventário cx. C20 – 1779) com quem teve os filhos:

I. Gertrudes Maria dos Santos com 50 anos (1797).

II. Teresa Maria dos Santos com 49 anos (1797).

III. Ana Maria dos Santos, com 31 anos (1779) viúva de Manoel Ignácio da Silveira.

IV. Micaela Vieira, viúva de Antonio de Sá Novais (Ao casar “nada levou de dote”).

V. Catarina Maria dos Santos com 32 anos (1779) e 47 anos (1797).

VI. Rosa Maria dos Santos (44 anos – 1797).

VII. Félix dos Santos Pereira, casado, ausente da casa paterna

há doze anos (1779) (“desta casa se ausentara fugitivo e levara consigo dos bens do casal dois cavalos novos, uma espingarda, mais três foices e dois machados”). Residente provavelmente em Tamanduá (Itapecerica).

VIII. Manoel dos Santos Pereira, casado.

IX. José dos Santos Pereira com 26 anos (1779) e 39 anos (1797). Inventariante da mãe – testamento materno aberto aos 10-07-1798.

X. Francisco dos Santos Pereira, casado com 22 anos (1779).

XI. Domingos com 14 anos (1779).

XII. Estevão José dos Santos, casado (1797). Com 12 anos (1779).

XIII. Vicente dos Santos Pereira, ausente de casa (1779) “não se sabendo se vivo ou morto” Com 24 anos (1779).

**NOTA – 1779 – data de inventário de Félix dos Santos Pereira. 1797 – data de inventário de Maria de Souza da Conceição.**

Félix dos Santos Pereira nomeou como testamenteiros em 1º lugar a mulher, em 2º o filho Manoel dos Santos e em 3º o filho José dos Santos. Testamento/Inventário aberto aos 11-03-1779. Solicitou fosse “meu corpo envolto em o hábito de São Francisco e sepultado na capela de Nossa Senhora de Oliveira”.

Bens arrolados: 6 alqueires de arroz com casca; 5 alqueires de centeio; 3 carros de milho velho.

Monte-Mór 3:334\$100.

Terça 276\$508.

Para cada herdeiro 632\$218.

Um povoado do município de Oliveira/MG leva a denominação de “Félix dos Santos” que, provavelmente sediava parte de suas antigas terras.

**(Fonte: Inventário de Félix dos Santos Pereira, ano 1779 – cx. C-20 IPHAN/SJDR – transcrito por Edriana Nolasco, a quem muito agradecemos. Documento muito danificado segundo a ilustre pesquisadora).**

BENS DE RAIZ, segundo o inventário de D. Maria da Conceição de Souza:

- Fazenda com terras de cultura e campos, moinho, paiol tudo coberto de telhas, monjolo coberto de capim, áreas de matos virgens, capoeiras, logradouros em divisas com o Revmº Pe. João Bernardes da Silveira e Francisco José de Matos – 4:523\$000.

São mencionadas ainda lavouras de milho, feijão, algodão; criações de suínos, ovinos e gado bovino, além de 10 escravos.

Em seu meticuloso, senão refinado e primoroso testamento, solicitou ser sepultada “na capela de Nossa Senhora de Oliveira onde se acha o falecido meu marido e amortilhada no hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de quem sou indigna filha...”. Que no ato de seu sepultamento “se porá a cada imagem que houver na capela de Oliveira uma libra de cera e na banquetta do Santíssimo Sacramento seis velas e todas se conservarão a cera durante o meu funeral...”. Determinou, ademais, que “no termo de vinte dias meu testamenteiro mandará, em dois carros, vinte alqueires de farinha e vinte de milho para o arraial de Nossa Senhora de Oliveira e se reparta pela pobreza do arraial e seus subúrbios com especialidade atenda-se ao recolhimento feminino”.

Relacionou, outrossim, dezenas de missas a serem celebradas em sufrágio de sua alma em inumeros locais, dentre eles a capela de São João Batista, capelarias de Oliveira e São Francisco, em conventos do Carmo no Rio de Janeiro onde “se mandarão dizer em cada convento cem missas por minha alma a pataca da esmola cada uma e tudo se pague na minha terça”. Deixou tudo discriminado com relação a cada herdeiro, especificando e remunerando os trabalhos de alguns em prol do patrimônio familiar, frisando que “o gado com marca são de meus filhos” e ainda éguas e escravas que foram adquiridas pelas suas filhas Gertrudes, Teresa, Catarina e Rosa “que as compraram e pagaram com diferentes gêneros de algodão fabricados pelas suas mãos...” “não havendo nos bens nomeados lesão e prejuízo aos demais (fls.8) a que tudo dei e dou por bem as referidas minhas filhas”. A mãe, com todo louvor, valorizando o trabalho feminino e abonando a eficiente administração financeira das filhas, adquirindo

animais e escravos com suas atividades artesanais...

Destinou ainda óbolos para as obras de Nossa Senhora do Monte do Carmo em Vila Rica (Ouro Preto) e à capela de Nossa Senhora de Oliveira e do Senhor do Passos.

Monte-mór 6:220\$254, do qual se retiraram dívidas, custas, terça, colações etc. restando líquido a cada herdeiro 272\$515, deduzindo-se, pelos autos, ter ocorrido uma partilha tensa, além da ausência de dois herdeiros. (Félix e Vicente).

**Fonte: Testamento/Inventário de Dª Maria de Souza da Conceição – IPHAN/SJDR Cx. 538 – 1797. Nossos efusivos agradecimentos à profª Edriana Nolasco pela transcrição do documento).**

**Anotações/pesquisas sobre a Fazenda da Intendência** - O testamento de D. Maria de Souza da Conceição é sobremaneira valioso, rico de informações familiares e econômicas, merecendo acurada atenção por parte de estudiosos. O pesquisador Carlos de Oliveira Malaquias (Obra “Remediados Senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes c.1790 c.1844” Belo Horizonte, UFMG, abril/2014,) procedeu a arraigados estudos sobre Dª Maria de Souza da Conceição e as atividades da Fazenda da Intendência, dos quais extraímos os seguintes e enriquecedores excertos:

“Quando Maria de Souza da Conceição faleceu em 1797, ela fez questão de distinguir no testamento, junto ao seu inventário, os escravos que lhe pertenciam daqueles que foram adquiridos por suas filhas. Dos mais de vinte escravos em sua fazenda da Intendência, situada na capela de São João Batista, dez lhe pertenciam; outras quatro escravas – Domingas, Rosa, Catarina e Teresa – e mais oito “crias” pertenciam a suas filhas “que as compraram e pagaram com diferentes gêneros de algodão fabricados pelas suas mãos”. Essa indicação nos leva a duas importantes revelações: em primeiro lugar mostra que, embora fossem de uma família remediada, as filhas de Maria de Souza não deixavam de trabalhar. Em segundo lugar, indica que o artesanato em algodão era capaz de gerar renda, inclusive para a aquisição de escravos. Esse, no entanto, era um caso especial, já que as filhas de Maria de Souza provavelmente não precisavam despende recursos com alimentação, moradia e outros gastos para sobrevivência que seriam assegurados pela propriedade materna. A segurança material proporcionada pela família permitiu o acúmulo de toda a renda gerada pela atividade têxtil, agregando mais mão de obra e ainda possibilitando a reprodução interna e o crescimento do plantel” (p. 96).

As pp. 174/175, o autor enumera: “Maria de Souza da Conceição era outra mulher parda entre os proprietários mais ricos. No seu domicílio, registrado pelo Rol dos Confessados de 1795, ela vivia em companhia de cinco filhos solteiros, quatro mulheres e um homem, todos em idade superior a 40 anos e todos designados como pardos. Suas segundas núpcias foram com o português natural de Angra, Félix dos Santos Pereira, que, para nossa sorte, legou inventário. A comparação entre os inventários dos dois mostra que, após falecimento do marido em 1779, a riqueza do casal duplicou, em grande parte graças à aquisição de escravos e à valorização das terras na sua fazenda da Intendência com a construção de benfeitorias. No inventário de Félix de 1779, há a descrição de grande produção de milho, arroz e centeio; eram criadas quase duas centenas de porcos e uma centena de ovelhas; parte do trabalho era executada por seis escravos, todos africanos. A Fazenda da Intendência foi descrita como possuindo casa de vivenda, campos de criar, capoeiras e matos virgens. No inventário de Maria de Souza, aberto quase vinte anos depois em 1797, a produção de milho continuava, mas o arroz e o centeio foram substituídos pelo feijão e o algodão. Este último era processado nos teares da própria fazenda e, podemos presumir, era importante fonte de renda. A criação de suínos aumentou para duas centenas e meia, a de ovinos reduziu-se para a metade, mas uma pujante criação de 70 cabeças de gado apareceu. A Fazenda da Intendência continuava com reservas de terras virgens para expansão, mas agora era também provida de moinho, paióis, monjolos e avaliada no dobro do valor”.



# Bichinho (Vitoriano Veloso-MG)

O distrito de Vitoriano Veloso (Bichinho) pertence a cidade de Prados desde 1938, e é conhecido também pelo sugestivo nome de “Bichinho”, um povoado que se formou com a descoberta de ricas lavras de ouro nos princípios do século XVIII. O nome atual é uma homenagem ao inconfidente Vitoriano Gonçalves Veloso, negro, escravo alforriado e alfaiate que nasceu e viveu na região. Ele era vizinho e compadre de D. Hipólita, a única mulher a participar ativamente no movimento revolucionário (Inconfidência).

A Igreja de Nossa Senhora da Penha (foto central) revela as origens setecentistas do distrito. Sua construção foi iniciada por volta de 1732, sendo concluída somente em 1771. As torres foram acrescentadas no início do século XX. Sua fachada simples não evidencia a riqueza de seu interior, dominado por belíssimas pinturas em estilo rococó. A ornamentação pictórica é atribuída a Manoel Victor de Jesus, que soube valorizar, sobretudo, os forros e púlpitos da igreja.

Hoje, o povoado é uma seqüência de casas antigas que servem tanto como residências quanto como oficinas, ateliês, lojas de artesanatos.

Sem falar na produção artesanal de doces, tradição que é passada de geração em geração (foto à direita)

Bichinho se orgulha de ser uma das grandes concentrações de artesãos do Circuito Trilha dos Inconfidentes. A criatividade e simplicidade

desses artesãos chamam a atenção dos visitantes. As peças e pinturas nascem do aproveitamento de material de demolição, madeira, ferro, lata, plásticos e tecidos de algodão. A qualidade das peças é que garantem as exportações para vários estados do país e até para o exterior.

Móveis, telas, bordados, fuxicos, crochês, tapetes, esculturas e adornos em geral estão por toda a parte. O histórico povoado fica a 7km de Tiradentes, com acesso pela estrada de terra que liga esta cidade a Prados (12km) e que proporciona



um visual encantador da Serra de São José.

Atrativos Imperdíveis: Igreja de Nossa Senhora da Penha, visita aos ateliês e lojas de artesanatos (Oficina de Agosto, Canto do Bichinho, Fuxico da Carmem, Barraca da Joana) e o Museu do Automóvel, logo na entrada da cidade.



**Fonte: Tiradentes.Net – o portal de Tiradentes-MG e região. Veja mais informações sobre Bichinho.MG no site: [www.bichinho.net](http://www.bichinho.net)**

# Doce de leite:

## mercado de potencial



Em outubro, o doce de leite se tornou patrimônio cultural local em regiões específicas do Brasil, com destaque para Minas Gerais, que é o estado com maior produção da iguaria. Minas Gerais em 2016 conseguiu exportar um valor de US\$106 mil em doce de leite sozinho, segundo dados da exportaminas. O mercado do doce de leite representa 0,6% da produção de laticínios, porém apresenta grande potencial para desenvolvimento.

Esse produto vem ganhando cada vez mais espaço no cenário gastronômico nacional, outro fator que contribui para sua expansão é que, dependendo da região onde é fabricado, ele apresenta características próprias e grande variação e personalização para todos os gostos. O mercado de doce de leite é formado, basicamente, por dois tipos de compradores: o consumidor final e o institucional formado pelo food service e a indústria de alimentos. O segmento institucional representa o grande mercado deste doce, traduzido nos congelados, redes de lanchonetes, alimentos de pronto preparo, sorveterias, confeitarias e atacados.

### HISTÓRICO DO PRODUTO

O doce de leite foi inventado na Argentina em 1829, sendo criado a partir de um acidente culinário e, com o passar dos anos, foi incorporado à culinária local e exportado para outras regiões, como o Brasil. A partir dessa expansão o doce começou a obter reconhecimento internacional e passou a ser parte da cultura gastronômica latino americana, sendo servido como sobremesa, recheio de bolos, misturado ao sorvete ou até mesmo com frutas frescas.

### MERCADO INTERNACIONAL

Recentemente, a exportação do produto para o exterior vem aumentando como visto nos dados do Comex Stat que apontam que houve um crescimento do valor exportado de 2016 a 2019 para aproximadamente US\$225.236, com uma taxa de crescimento de 41%. Os países que mais importam o doce de leite são os Estados Unidos e nossos vizinhos latino americanos, existe um grande potencial de crescimento nos EUA e na Europa já que eles não o produzem.

Principalmente Portugal e Países Baixos apresentaram a maior importação de doce de leite do velho continente, segundo dados do Comex Stat de 2019. A indústria brasileira vem adaptando as formulações para o paladar destes consumidores, criando uma nova classificação, denominada de "Doce de Leite tipo Exportação".

### A IMPORTÂNCIA DO AUXÍLIO DE UMA CONSULTORIA INTERNACIONAL

Existe um grande potencial para internacionalização desse produto, já que há pouca concorrência em novos mercados, como o caso do mercado europeu na qual é quase intocado e com uma simples consultoria pode-se identificar os melhores países se exportar.

Por Antonio Pedro Miranda

## COERÊNCIA E TRANSPARÊNCIA EM NOSSAS ATITUDES

Uma das preocupações essenciais do ser humano, principalmente se proficiente cristão, deve ser a congruência, a coerência de seus – nossos - atos. Devemos ser expressão, interpretação do que realmente pensamos, fazemos, vivenciamos no dia a dia. Em suma, transparência, harmonia entre palavra e ação, o que se é, o que se sabe, o que se diz, o que se pratica, o que se vive, consoante a Revelação Divina constante nas Escrituras. Todo projeto pessoal e institucional tem que estar sujeito à ética, à hombridade, ou seja, à autoridade divina, à Sua Palavra.

O cristão deve dar testemunho de sua fé, ser modelo em sua conduta pessoal, familiar e social; ser sensato, prudente, vigilante, confiável e assim, contribuir para a harmonização do tecido social, à consistência e probidade a cada e todo momento, principalmente quando no exercício de função pública e institucional. Seriedade entre o que fazemos e a maneira como o fazemos! Observamos, contudo, gestores executivos, servidores públicos, onde a performance, a conduta são a incoerência, a desconstrução, em que palavra e atitude se desassociam. Meios de comunicação e varas judiciais estampam diariamente o jogo da mentira, do esconde-esconde, da fraude, da corrupção deslavada praticado por muitos à frente da administração pública ou privada – legisladores, empreiteiros, políticos, financistas, via contratos conspurcados, relações ambíguas e imundas. Meios, os mais sórdidos, onde se mesclam assaltantes de toda ordem para se locupletarem,

extorquirem, se banquetearão às custas da miséria do povo e da exaustão da Nação, tratando-nos como tolos, escravos, instrumentos e objetos coisificados de suas rapinagens.

Se, de posse de uma caneta, de um cargo, de um mínimo de poder individual ou associativo (veja-se o caso das corporações classistas, onde tudo é pouco para seus membros insaciáveis), ocultos ainda pelo anonimato, escorados em "direitos" a si próprios conferidos, acabam por vitimizar, manter milhões e milhões de compatriotas na miséria, no desemprego, no analfabetismo, em condições párias e seculares de pobreza. Para os donos do Estado, o cidadão é visto como alguém inferior, um servo eternamente disponível ao seu "senhor". Um colonialismo e escravismo permanentes, em que leis e prioridades acham-se a serviço dos poderosos, avarentos, glutões e nunca em função das necessidades maiores da população – trabalho, saúde, educação, saneamento, moradia, segurança, securidade social, é o que infere o economista holandês Bob Goudzwaard em sua obra "Capitalismo e Progresso – um diagnóstico da sociedade ocidental – Ed. Ultimato). Resumo da ópera, segundo o pensador holandês: O povo sempre endividado e a elite dirigente cada vez mais rica!

Daí a afirmação do notável pensador indiano Pankaj Mishra: "Em nenhum outro lugar, a evidência da miséria moral se acumula com tanta rapidez como na esfera pública" (Obra "Tempo de Raiva" Ed. Temas & Debates).



# Arqueólogo decifra diagrama do calendário solar de Stonehenge

*De acordo com a pesquisa, o calendário é baseado em um sistema em que 12 meses de 30 dias cada um englobam três semanas de 10 dias*

*O santuário de Stonehenge fica no condado de Wiltshire, próximo a Londres.*

*Timothy Darvill / cambridge.org*

Timothy Darvill, professor de arqueologia da Universidade de Bournemouth, na Inglaterra, propôs uma solução para o diagrama presente no calendário solar do santuário de Stonehenge, no condado de Wiltshire, próximo a Londres. O estudo foi publicado no periódico científico *Antiquity*.

Em um artigo de 17 páginas, o pesquisador explica como as pedras que compõem o monumento eram utilizadas para marcar a passagem do tempo e especula o motivo para elas terem sido dispostas daquela forma. De acordo com Timothy, o calendário é baseado em um sistema simples em que 12 meses de 30 dias cada um englobam três semanas de 10 dias.

Com a multiplicação dos dias e meses, era obtido um total de 360 dias. Por conta disso, o povo de Stonehenge considerava um mês extra que continha cinco dias. Assim, o calendário anual continha 365 dias.

Segundo a pesquisa, os números das divisões e subdivisões do calendário estão presentes no próprio desenho da arquitetura original do santuário, elaborado há 4,5 mil anos. De acordo com o cientista, as colunas de pedra que estão dispostas em forma de círculo são 30, o que significa que havia uma para cada dia do mês.

Outra observação presente no estudo é que no centro do santuário se encontram cinco estruturas dispostas no formato de letra "U" — chamadas de trilitos (duas colunas verticais de pedra com uma viga pedregosa disposta em cima). Para o professor, cada um desses trilitos representaria os cinco dias do mês "excedente" do calendário. Segundo alguns arqueólogos, cada um desses cinco dias especiais poderia também estar associado a alguma divindade.

Como a duração precisa de um ano astronômico é de 365 dias adicionado a um quarto, o calendário de Stonehenge precisaria de algum ajuste para seu pleno funcionamento. De acordo com Timothy, para resolver esse problema os povos antigos provavelmente decretavam que a contagem do ano só deveria começar no momento em que o pôr do sol estivesse perfeitamente alinhado com a entrada e saída do círculo de pedras — fenômeno que sempre ocorre no solstício de inverno.

O modelo de calendário de 365 dias com a fórmula 30 multiplicado por 12 e somado a cinco era utilizado por outros povos antigos. O que não foi descoberto é se o povo de Stonehenge desenvolveu esse sistema ou o herdou de outros povos antigos. A fórmula já foi encontrada em achados do Leste Mediterrâneo, sobretudo, no Egito.

## PONTAS SOLTAS

Apesar das explicações dadas por Timothy, há algo não explicado em sua hipótese. Não existe um conjunto de pedras em Stonehenge que tenha 12 unidades, o que deveria equivaler ao número de meses do ano.

"Apesar de nenhuma pedra do arranjo central poder ser especificamente identificada com os 12 meses, é possível que arranjos menos conhecidos dentro da entrada nordeste do templo e ao redor dela tenham marcado esse ciclo", explicou o professor no artigo.

Outra informação não desvendada é o motivo

preciso de criação do santuário. Medir o tempo não seria uma resposta plenamente satisfatória porque os povos dessa época já tinham calendários precisos que utilizavam para atividades agrícolas. Os povos da Mesopotâmia, por exemplo, também não precisam de um monumento para medir o tempo. Eles contavam os dias a partir de anotações em pequenas tabletas de barro.

Para o arqueólogo, as respostas para esses dois mistérios podem ser encontradas a partir do estudo de civilizações antigas de outros lugares, que podem ter inspirado os habitantes de Stonehenge.



*Localização do santuário de Stonehenge, na Inglaterra  
Timothy Darvill / cambridge.org*

## O SOLSTÍCIO DE INVERNO

Segundo alguns arqueólogos, o santuário poderia ter sido criado para ser um local que permitia a realização de festivais, cerimônias e rituais que ocorriam, sobretudo, durante o solstício de inverno — começava em 22 de dezembro no hemisfério norte.

Para os historiadores, diversos povos antigos da Europa faziam referência ao solstício. A tradição se mantém até hoje, com a data alinhada com o Natal cristão.

Outra tradição que se manteve é a visita das pessoas até o santuário para observar o alinhamento do Sol. Nas últimas décadas, tem sido muito comum a ida de turistas até o local. Apesar do passar do tempo, o local cultiva o clima de devoção mística.

## PRIMEIROS CALENDÁRIOS

Pesquisas apontam que o primeiro calendário surgiu com os sumérios, na Mesopotâmia, por volta de 2700 a.C. Provavelmente, depois o sistema foi aprimorado pelos caldeus.

O primeiro calendário considerava 12 meses lunares — entendido como o sistema Sol-Lua-Terra — de 29 ou 30 dias. Como cada mês começava na lua nova, o ano tinha 354 dias, o que significa uma defasagem em relação ao calendário solar. Para resolver o problema, os caldeus acrescentavam um mês a cada três anos. Posteriormente, esse sistema serviu de base para o calendário adotado pelos judeus.

O primeiro calendário solar foi criado pelos egípcios em meados do terceiro milênio antes de Cristo. Ele já era mais preciso e continha 365 dias.

Atualmente, no Ocidente é utilizado o calendário gregoriano, que não sofre influência dos astros. Ele foi instituído em 1582 pelo papa Gregório XIII, que reformulou o calendário juliano — herança do império romano.



*Pedras eram utilizadas para marcar a passagem do tempo, segundo o responsável pelo estudo  
Timothy Darvill / cambridge.org*

# Campanha da Fraternidade 2022 e Cooperativismo

A Campanha da Fraternidade 2022 tem como tema “Fraternidade e Educação” e lema “Fala com sabedoria, ensina com amor” (PV. 31, 26) e sua abertura se deu no dia 02/03- quarta-feira de cinzas. Uma vez mais a Igreja no Brasil busca aprofundar o tema da educação, a partir do Pacto Educativo global convocado pelo Papa Francisco. Uma reflexão e tomada de ação quanto à realidade educativa do Brasil à luz da mensagem cristã, propondo-se caminhos concretos em favor do humanismo integral e solidário.

Os objetivos específicos da Campanha envolvem:

- Análise/contexto da educação e da cultura atual e seus desafios potenciais, inclusive os provocados pela pandemia.
- Análise do impacto das políticas públicas na educação;
- Identificação dos valores e referências da palavra de Deus e da tradição cristã em prol de uma educação humanizadora e no âmbito/perspectiva do reino divino.
- Reflexão sobre o papel da família, da comunidade de fé e da sociedade no processo educativo, com a colaboração de educadores e instituições de ensino.
- Incentivo à propostas educativas com raízes no Evangelho que promovam a dignidade humana, a transcendência, a cultura do encontro, o cuidado com a casa comum.
- Estímulo à organização do serviço pastoral junto a escolas, universidades, centros comunitários e demais espaços educativos.
- Promoção de uma educação comprometida com novas formas de economia, de política e de progresso comum e a serviço da vida humana, em especial dos mais carentes e vulneráveis – crianças, jovens, mulheres.
- A educação como pilar da paz, da justiça social, da fraternidade, cooperação e do cuidado com a criação. A valorização do ser humano em toda a sua integralidade, dignidade.

Assim, o tema “Fraternidade e Educação” é um chamado a todos os cristãos e pessoas de boa vontade a colocarem no centro de suas reflexões e ações o processo e a missão educacional. Tomemos como exemplo a notável fi-



Importante que o trabalho educacional seja reativado/incrementado pela sociedade com instituições formais, não se delegando apenas ao Poder Público a manutenção de escolas sejam de formação comum, técnicas, etc. Educação é investimento fundamental, instrumento de cidadania, e assim deve ser considerado, e não apenas titulação ou recheio curricular.

Um alerta, enfim, ao sistema cooperativista que necessita trabalhar a educação e qualificação de seus quadros, tanto assim que os Pioneiros de Rochdale fizeram constar em seus estatutos e mantiveram, desde então, escolas de ensino básico e de formação técnica (fomento do ensino em todos os graus).

Um dos sete princípios do cooperativismo mundial é “Educação, formação e informação” mediante sua promoção em todos os níveis, em todas as comunidades onde se acham inseridas e a contribuição de forma eficaz, para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

O não investimento adequado em educação é falha a ser corrigida e um desafio para as instituições cooperativas, seus dirigentes e associados. Iniciando-se de imediato um programa de educação interativa, consolidando-se os objetivos maiores da filosofia cooperativista.

gura de São João Bosco que se dedicou a educação da juventude, apostolado, conduzido, desde então, por religiosos, pautando-se pelo método ou sistema preventivo – tripé “razão, religião e amor” para, assim, se “construir uma sociedade mais justa e fraterna”. O formar “bons cristãos e honestos cidadãos”.